



PDM LAGOS

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

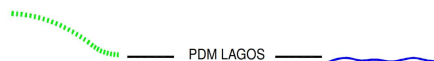
ALTERAÇÃO PARA INCLUSÃO DAS NOVAS REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

Alteração ao Programa de Execução e Plano de Financiamento

Versão Final da Proposta de Plano

Janeiro 2022

Geotraço



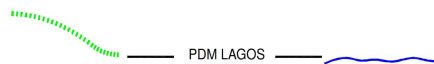
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Alteração ao Programa de Execução e Plano de Financiamento

Equipa técnica Alteração

Coordenação Geral	Mónica Martinez Marques, arquiteta e urbanista
Ordenamento do território, Urbanismo e Arquitetura	
Sistemas de Informação Geográfica	Hugo Santos, arquiteto paisagista
Paisagismo – ordenamento do território, RAN e REN	
Infraestruturas	João Costa, engenheiro técnico civil
Direito	Marta Delgado Martins, advogada
Economia	Filipe D'Orey Marchand, economista

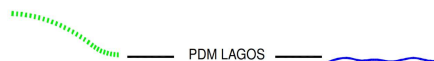


PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Alteração ao Programa de Execução e Plano de Financiamento

(página propositadamente deixada em branco)

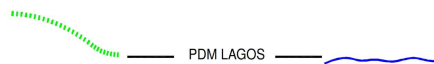


PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS
ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

Índice

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	ELEMENTOS RELEVANTES DO PLANO	8
2.1.	Linhas estratégicas e objetivos específicos por programa	8
2.1.1	Programa 1. – Lagos, e os Descobrimentos Portugueses.....	8
2.1.2	Programa 2. – Modernização e Reorientação do Turismo de Lagos.....	9
2.1.3	Programa 3. – Estruturação, Reabilitação e Inovação na Cidade de Lagos.....	9
2.1.4	Programa 4. – Requalificação urbanística e funcional do município de Lagos.....	10
2.1.5	Programa 5. – Acessibilidades e Mobilidade	11
2.1.6	Programa 6. – Dinamização de Atividades e Equipamentos.....	11
2.1.7	Programa 7. – Preservação do ambiente e desenvolvimento sustentável	12
2.2.	Ações e projetos por programa	12
2.2.1	Programa 1. – Lagos e os Descobrimentos Portugueses.....	12
2.2.2	Programa 2. – Modernização e Reorientação do Turismo de Lagos.....	13
2.2.3	Programa 3. – Estruturação, Reabilitação e Inovação na Cidade de Lagos.....	13
2.2.4	Programa 4. – Requalificação urbanística e funcional do município de Lagos.....	13
2.2.5	Programa 5. – Acessibilidade e mobilidade	14
2.2.6	Programa 6. – Dinamização de atividades e de equipamentos.....	14
2.2.7	Programa 7. – Preservação do ambiente e desenvolvimento sustentável.....	15
2.3.	Projetos inseridos nos planos em vigor	15
2.4.	Projetos Cobertos pela Taxa Municipal de urbanização	16
3.	INVESTIMENTO E FASEAMENTO	17
3.1.	Estimativa dos custos da intervenção	17
3.2.	Faseamento da intervenção.....	21
3.3.	Cronograma de execução geral.....	23
4.	REDISTRIBUIÇÃO DO ESFORÇO FINANCEIRO	27
5.	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MUNICIPAL	29
6.	INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO E PRINCÍPIOS PEREQUATIVOS	33
6.1.	Instrumentos de execução para as UOPG do PDM	33
6.2.	Princípios orientadores da perequação	34
7.	PRINCÍPIOS DE GOVERNAÇÃO	39
7.1.	Plano diretor municipal de base estratégica	39
7.2.	Outros PRINCÍPIOS orientadores da governação	40
	ANEXO I – FICHAS DE PROJETO	43



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

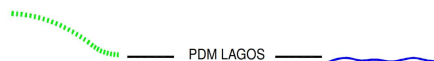
Programa de Execução e Plano de Financiamento

Índice de quadros

Quadro 1 – Projetos, Prioridade e Valor Global	18
Quadro 2 – Investimento por Programas	19
Quadro 3 – Investimento por Tipologia	21
Quadro 4 – Projetos por fase	22
Quadro 5 – Cronograma Geral de Execução (valores em 1.000 €).....	25
Quadro 6 – Redistribuição do Esforço Financeiro por Interveniente/Grupo (valores em 1000 €)	27
Quadro 7 – Cronograma de Execução Municipal (valores em 1.000 €)	31

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Autofinanciamento municipal por anos	29
--	----



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS
ALTERAÇÃO
Programa de Execução e Plano de Financiamento

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Execução e Plano de Financiamento (PEPF) do PDM de Lagos, aprovado em 2015, carece de atualização tendo em conta a proposta de alteração para inclusão das novas regras de classificação e qualificação do solo.

Tratando-se de uma alteração ao PDM, de natureza mais normativa que substantiva, é natural que se procure ter em conta, no que respeita à adaptação do PEPF, as bases com que ele foi concretizado, isto é, a versão em vigor do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de dezembro. Contudo, atualmente, é o DL n.º 80/2015 de 14 de maio que dá cobertura às disposições legais e documentais na feitura de planos territoriais municipais.

Assim, procurou-se proceder à alteração do PEPF à luz da sua estrutura fundamental delimitada pela anterior legislação, fazendo, contudo, uma abordagem que contempla, no essencial, as disposições da nova legislação em vigor.

2. ELEMENTOS RELEVANTES DO PLANO

2.1. LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR PROGRAMA

De acordo com o relatório do PDML os projetos, ações e medidas ainda por realizar no concelho de Lagos, organizam-se num conjunto de sete programas de intervenção, que por sua vez respondem a quatro linhas estratégicas de desenvolvimento (LED) e a doze objetivos específicos (OE).

A definição destes programas é um ponto importante para a verificação do enquadramento dos projetos, que serão analisados num capítulo imediatamente posterior.

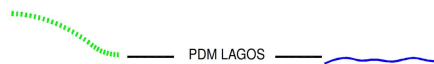
2.1.1 Programa 1. – Lagos, e os Descobrimentos Portugueses

Este programa responde à LED 1 – História e Cultura dos Descobrimentos e engloba os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Afirmar a Identidade Cultural de Lagos ligada aos Descobrimentos – o que pressupõe o desenvolvimento de ações e projetos com base numa política de relações externas, de que as rotas dos descobrimentos são fator primordial;

OE 02 Inserir Lagos nas Redes Internacionais de Cidades/Países ligados à Exploração dos Mares – o que passa pela troca de experiências no domínio da pesquisa e exploração dos mares, bem como o lançamento de algumas redes centradas nas questões marítimas, sejam elas desportivas (marinhas, náuticas, etc.) sejam de investigação e inovação;

Estes dois objetivos específicos atingem um nível territorial de afirmação que se estende do local ao internacional, pelo que se revelam dum impacto particularmente forte no que respeita à imagem do concelho no exterior, pretendendo atrair ao mesmo o maior número possível de entidades.



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

2.1.2 Programa 2. – Modernização e Reorientação do Turismo de Lagos

Este programa responde à LED 2 – Turismo, Conhecimento e Inovação e procura desenvolver o objetivo específico:

OE 03 Melhoria Competitiva e Diversificação das Atividades Turísticas do Concelho, - o que passa por privilegiar o turismo de qualidade e diversificar os segmentos de mercado, apostando nas potencialidades naturais e culturais existentes (turismo cultural, profissional, desportivo e de natureza, etc.), bem como no turismo residencial. Este em particular deve ser utilizado, no seu potencial económico e social, para acelerar a requalificação do centro da Cidade, por um lado, e para concretizar medidas de desenvolvimento sustentável da faixa rural a Norte do Concelho, por outro;

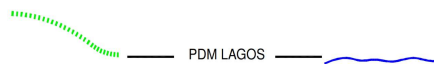
Este objetivo específico atinge um nível territorial de afirmação que se estende do local ao internacional, pelo que também se revela dum impacto particularmente forte no que respeita à imagem do concelho no exterior, pretendendo atrair ao mesmo o maior número possível de entidades.

2.1.3 Programa 3. – Estruturação, Reabilitação e Inovação na Cidade de Lagos

Este programa também responde à LED 2 – Turismo, Conhecimento e Inovação e engloba os seguintes objetivos específicos:

OE 04 Fomentar o Desenvolvimento Tecnológico em Setores Inovadores – o que implica favorecer a competitividade empresarial, criando boas condições para a implantação de unidades de ensino e I&D, e de PME's inovadoras e de base tecnológica, em especial nas áreas da pesquisa e exploração dos recursos do mar, e nos demais potenciais recursos endógenos da região (sol, vento e biomassa).

OE 05 Requalificar Urbanística e Ambientalmente a Cidade de Lagos - materializando as ações, projetos e programas previstos no seu Plano de Urbanização, de que a reabilitação do Centro Histórico é um dos mais fundamentais, e apostando na concretização de investimentos estruturantes para a cidade e o concelho.



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

Destes dois objetivos específicos, o OE 04 atinge um nível territorial de afirmação que se estende ao internacional e o OE 05 ao regional, pelo que em conjunto se revelam dum impacto particularmente forte no que respeita à imagem do concelho no exterior, pretendendo atrair ao mesmo o maior número possível de entidades.

2.1.4 Programa 4. – Requalificação urbanística e funcional do município de lagos

Este programa responde à LED 3 – Urbanismo e Mobilidade e engloba os seguintes objetivos específicos:

- OE 06 Estruturação dos Aglomerados Urbanos – nomeadamente criando condições para a operacionalização articulada e integrada dos diversos PTM elaborados ou em elaboração, e dos planos supramunicipais com incidência no território de Lagos;
- OE 07 Apostar numa Ruralidade Qualificada – o que pressupõe a revitalização das aldeias e núcleos rurais, com potencialidades e recursos a valorizar;
- OE 08 Requalificar Urbanística e Ambientalmente o Litoral Lacobrigense – atuando sobretudo como agente impulsionador das intervenções a cargo dos departamentos do Estado (centrais e regionais) bem como dos privados, eliminando situações desconformes com a paisagem e a qualidade ambiental exigível, bem como minimizando as situações de risco existentes e detetáveis.
- OE 09 Dotar a Autarquia de Instrumentos Qualificadores – o esforço de planeamento que o Município de Lagos tem vindo a fazer, pela quantidade de Planos de Urbanização e de Planos de Pormenor que foram recentemente aprovados e estão em curso, são demonstração da preocupação autárquica em ter meios de intervenção adequados. Neste objetivo pretende-se ir além disso, dotando Lagos de estudos, estratégias e de meios de monitorização que garantam uma qualificação sistemática do território.

Destes quatro objetivos específicos, o OE 08 atinge um nível territorial de afirmação que se estende ao internacional e os restantes ao regional, pelo que em conjunto se revelam dum

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS**ALTERAÇÃO****Programa de Execução e Plano de Financiamento**

impacto mediano no que respeita à imagem do concelho no exterior, pretendendo sobretudo salvaguardar a qualidade de vida dos residentes e visitantes, e garantir uma intervenção eficaz no território.

2.1.5 Programa 5. – Acessibilidades e Mobilidade

Este programa inserido ainda na LED 3 – Urbanismo e Mobilidade, pretende concretizar o seguinte objetivo específico:

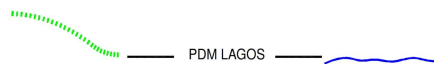
OE 10 Incrementar a Mobilidade e Reforçar as Acessibilidades no Município de Lagos – para o que se torna fundamental investir na reparação e beneficiação da rede de acessibilidades existentes, procurando dar-lhe condições de segurança que em muitos casos não tem, bem como na criação de novas acessibilidades a centros de desenvolvimento urbano e económico. Deve-se ainda apoiar iniciativas de mobilidade alternativa, tais como a ecopista.

Este objetivo específico atinge um nível territorial de afirmação que se estende do local ao nacional, pelo que responde a um largo universo de utentes finais, nomeadamente os que utilizam especialmente os meios de locomoção viários e alternativos.

2.1.6 Programa 6. – Dinamização de Atividades e Equipamentos.

Este programa responde à LED 4 – Políticas de Desenvolvimento e Ordenamento e traduz-se no seguinte objetivo específico:

OE 11 Reforçar e Melhorar a Qualidade de Vida dos Lacobrigenses – o que inclui a avaliação e melhoria da rede de equipamentos, procurando rentabilizar os esforços financeiros já despendidos numa ótica de multiutilização e apenas criando os indispensáveis ao cumprimento dos objetivos estratégicos delineados. Mas este objetivo abarca também a dinamização e promoção das atividades culturais, desportivas, recreativas e de desenvolvimento social que se concretizem em iniciativas de relevo para a atração de pessoas ao concelho, mas enquadradas num programa de qualificação da vida dos residentes.



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

Este objetivo específico atinge um nível territorial de afirmação que se estende do local ao internacional, pelo que também se revela dum impacto particularmente forte no que respeita à imagem do concelho no exterior, pretendendo atrair ao mesmo o maior número possível de entidades.

2.1.7 Programa 7. – Preservação do ambiente e desenvolvimento sustentável

Este programa responde ainda à LED 4 – Políticas de Desenvolvimento e Ordenamento e engloba o seguinte objetivo específico:

OE 12 Preservar o Ambiente e a Qualidade Ambiental em prol de um Desenvolvimento Sustentável de todo o Município – o que se reflete por um lado numa vertente de simples monitorização da preservação ambiental em sentido restrito (isto é, de impedimento da intervenção humana exceto em conservação e manutenção), mas por outro na valorização do ambiente para usufruto geral dos residentes e dos visitantes, procurando colocar o ambiente ao serviço do desenvolvimento sustentável do município.

Este objetivo específico atinge um nível territorial de afirmação que se estende do local ao nacional, pelo que tem um impacto sobretudo interno, embora constitua uma base fundamental para a sustentabilidade do território a médio e longo prazo.

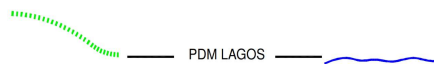
2.2. AÇÕES E PROJETOS POR PROGRAMA

Em 2015 o PDML identificou um conjunto de 36 projetos que se inseriram nos 7 programas antes identificados e que se apresentaram nas fichas que constituem o anexo ao relatório então produzido. A lista identificadora dos projetos agora considerados, fruto da alteração proposta é a que se apresenta de seguida, mencionando os que são eliminados.

2.2.1 Programa 1. – Lagos e os Descobrimentos Portugueses

Este programa inclui os seguintes dois projetos:

P 1.1 – Museu dos Descobrimentos



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

P 1.2 – Constituição do Fórum dos Descobrimentos

2.2.2 Programa 2. – Modernização e Reorientação do Turismo de Lagos

Este programa inclui os seguintes seis projetos:

P 2.1 – Centro de Desportos Marítimos de Vento

P 2.2 – Estudo sobre Rede de Parques de Campismo e Áreas de Caravanismo

P 2.3 – Centro de Estágios Desportivos de Lagos

P 2.4 – UOPG 07 – Montinhos da Luz

P 2.5 – UOPG 08 – Colinas Verdes

P 2.6 – UOPG 09 – Pedreiras de Monte Judeu (PED)

O projeto 2.2 está já realizado, pelo que não deve ser mantido nesta alteração

2.2.3 Programa 3. – Estruturação, Reabilitação e Inovação na Cidade de Lagos

Este programa incluiu os seguintes cinco projetos:

P 3.1 – UOPG 01 – Intervenção na Cidade de Lagos

P 3.2 – Criação do Pólo Regional de Inovação – Tecnopólis

P 3.3 – Mercado Abastecedor

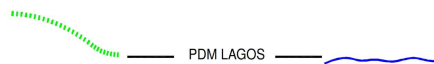
P 3.4 – Centro Coordenador de Transportes

P 3.5 – Criação duma Área de Reabilitação Urbana para o Centro Histórico de Lagos

Dois destes projetos, nomeadamente o 3.1 e o 3.5 estão neste momento realizados, pelo que não devem ser mantidos nesta alteração. Acontece que os projetos 3.2, 3.3 e 3.4 estão plasmados no seio do projeto 3.1, pelo que não devem ser contemplados em sede deste plano.

2.2.4 Programa 4. – Requalificação urbanística e funcional do município de Lagos

Este programa incluiu os seguintes onze projetos:



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS
ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

P 4.1 – Estudo de Política de Solos Municipal e dos Sistemas de Compensação Urbanística

P 4.2 – UOPG 02 – Luz

P 4.3 – UOPG 03 – Odiáxere

P 4.4 – UOPG4 - Chinicato

P 4.5 – UOPG5 - Almádena

P 4.6 – UOPG 06 – Burgau, Parte Oriental

P 4.7 – UOPG 11 – Colégio

P 4.8 – UOPG 12 – Cotifo

P 4.9 – UOPG 13 – Pincho

P 4.10 – Plano Local de Habitação

P 4.11 – Gabinete de Preservação e Valorização do Litoral

Destes projetos os P4.4 e P 4.5 foram concretizados, pelo que não devem ser mantidos neste PDML, o mesmo acontecendo ao projeto 4.11 que perdeu oportunidade.

2.2.5 Programa 5. – Acessibilidade e mobilidade

Este programa inclui os seguintes quatro projetos:

P 5.1 – Meia Praia Acessos ao Exterior – Via de Ligação a Odiáxere

P 5.2 – Alternativa Viária a Bensafrim Ligando a EM 535 à EN120

P 5.3 – Meia Praia Acessos ao Exterior – Via V2 e Via de Ligação à EN 125

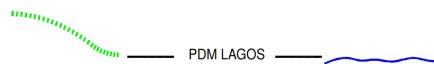
P 5.4 – Integração da Ecovia Litoral do Algarve

2.2.6 Programa 6. – Dinamização de atividades e de equipamentos

Este programa incluiu os seguintes quatro projetos:

P 6.1 – Intervenções Escola de Artes e Profissões

P 6.2 – Pavilhão Multiusos



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS
ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

P 6.3 – Plano Estratégico de Desenvolvimento das Atividades Coletivas e de Equipamentos

P 6.4 – Construção de Cemitério em Espiche

O projeto 6.2 foi também inserido no tratamento do projeto 3.1, pelo que não deverá ser mantido no PDML e o 6.4 foi eliminado por se ter considerado não ser, atualmente, uma prioridade, em consonância com a redução do perímetro urbano em Espiche.

2.2.7 Programa 7. – Preservação do ambiente e desenvolvimento sustentável

Este programa inclui os seguintes quatro projetos:

P 7.1 – UOPG 10 – Áreas de Proteção a Habitats Naturais do Paul (PAUL)

P 7.2 – UOPG 14 – Falfeira e Funchal – AED

P 7.3 – UOPG 15 – Sargaçal, Envolvente Norte – AED

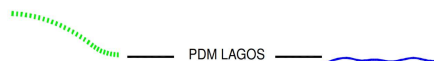
P 7.4 – UOPG 16 – Pedra Alçada – AED

O projeto P 7.1 tem um PP já aprovado pela Câmara Municipal, pelo que a sua conclusão está para breve, razão para o retirar desta alteração ao PDM.

2.3. PROJETOS INSERIDOS NOS PLANOS EM VIGOR

Os projetos inseridos nos planos em vigor fazem parte específica dos mesmos, mas são assumidos pelo PDM como integrando a sua estratégia de intervenção. Dado que cada um dos planos estabeleceu os princípios perequativos próprios, a sua inclusão neste relatório seria complicada e desnecessária.

Por isso, para além dos projetos que não estão afetos a território que dispõe de PMOT aprovado, a opção foi de integrar no PDM apenas os projetos que não estavam contemplados em sede de cada um dos planos (por exemplo os acessos da Meia Praia a Odiáxere e à ER 125) ou ainda os que sendo previstos em planos, mesmo que em elaboração, tenham carácter estratégico ou uma área de influência manifestamente superior ao território em que se localiza (caso do Centro de Desportos Marítimos de Vento). Esta última opção justifica-se pelo sistema perequativo apresentado no capítulo 6 deste relatório.



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

2.4. PROJETOS COBERTOS PELA TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

Foram identificadas várias outras intervenções, como as de reforço do sistema de armazenamento de água, a melhoria de redes de abastecimento de águas e saneamento, as reparações e beneficiação de estradas e caminhos municipais, e outras que estando atualmente contabilizadas no sistema da revisão da Taxa Municipal de Urbanização terão um enquadramento diferenciado, razão pela qual se considerou conveniente não as inserir no presente Programa de Execução.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS**ALTERAÇÃO****Programa de Execução e Plano de Financiamento**

3. INVESTIMENTO E FASEAMENTO

Tendo em conta os elementos atrás referidos, elaborou-se um quadro contendo a estimativa dos custos da intervenção, com base nos valores constantes nas fichas de projeto patentes na parcela final deste documento. Os valores dessa estimativa, para cada tipo de investimento, incluem os custos do respetivo projeto (sempre que aplicável), mas não o custo do terreno ou de aquisição do imóvel, uma vez que ambos são, na maior parte dos casos, aplicações de difícil determinação.

3.1. ESTIMATIVA DOS CUSTOS DA INTERVENÇÃO

Os projetos incluídos no quadro 1, na página seguinte foram organizados de acordo com o programa e subprograma em que se inserem, e indicam a prioridade de execução, que neste caso coincide com as fases na grande maioria (mas não na totalidade) dos casos.

Conforme se indicou antes, cada um dos projetos está plasmado numa ficha individual onde se descrevem os elementos necessários para caracterizar a intervenção a executar.

A estimativa de custos apresentada é obviamente apenas indicativa dum valor possível, pois em fase de plano não é possível determinar com precisão o conteúdo da intervenção. Entre esta fase e a de concretização podem até existir grandes diferenças de orçamentação se os vetores do projeto de execução contemplarem muito mais ou diferenciadas intervenções que as inicialmente previstas.

Contudo, algumas das intervenções, como é o caso dos projetos 5.1 e 5.3 apresentam custos muito próximos dos finais, uma vez que são obras que estão em curso e, portanto, já permitem uma aproximação mais concreta.

O valor global estimado é, portanto, de € 105.630.000 (cento e cinco milhões, seiscentos e trinta mil euros), dos quais um só projeto, de iniciativa privada, envolve 90 milhões de euros.

O investimento acima considerado não contempla os valores previstos para a concretização dos Planos de Urbanização e dos Planos de Pormenor em vigor, que têm um sistema perequativo próprio. Contudo, tem de se levar em conta que haverá um esforço financeiro

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

municipal para a concretização desses PU e PP e que afetam as disponibilidades municipais para a materialização dos projetos contemplados no PDM.

Projeto	Designação	Prioridade	Custo total (€)
1.1	Museu dos Descobrimentos	1	1.500.000 €
1.2	Constituição do Fórum dos Descobrimentos	1	1.500.000 €
2.1	Centro de Desportos Marítimos de Vento	1	3.500.000 €
2.3	Centro de Estágios Desportivos de Lagos	2	90.000.000 €
2.4	UOPG 07 – Montinhos da Luz	2	65.000 €
2.5	UOPG 08 – Colinas Verdes	2	65.000 €
2.6	UOPG 09 – Pedreiras de Monte Judeu (PED)	2	100.000 €
4.1	Estudo Política de Solos Municipal e dos Sistemas de Compensação Urbanística	1	100.000 €
4.2	UOPG 02 – Luz	1	120.000 €
4.3	UOPG 03 – Odiáxere	1	120.000 €
4.6	UOPG 06 - Burgau, Parte Oriental	1	120.000 €
4.7	UOPG 11 – Colégio	2	80.000 €
4.8	UOPG 12 – Cotifo	2	80.000 €
4.9	UOPG 13 – Pincho	2	80.000 €
4.10	Plano Local de Habitação	1	50.000 €
5.1	Meia Praia Acessos ao Exterior - Via de Ligação a Odiáxere	1	750.000 €
5.2	Alternativa Viária a Bensafrim Ligando a EM 535 à EN120	3	3.500.000 €
5.3	Meia Praia - Acessos ao Exterior - Via V2 e Via de Ligação à EN 125	1	1.000.000 €
5.4	Integração da Ecovia Litoral do Algarve	2	1.300.000 €
6.1	Intervenções na Escola de Artes e Profissões	1	1.300.000 €
6.3	Plano Estratégico de Desenvolvimento das Atividades Coletivas e Equipamentos	1	60.000 €
7.2	UOPG 14 – Falfeira e Funchal – AED	1	80.000 €
7.3	UOPG 15 – Sargaçal, Envolvente Norte – AED	1	80.000 €
7.4	UOPG 16 – Pedra Alçada – AED	1	80.000 €
TOTAL			105.630.000 €

Quadro 1 – Projetos, Prioridade e Valor Global

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS
ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

Os projetos do quadro 1 que mencionam UOPG e que apresentam valores de investimentos respeitam apenas aos custos com os estudos inerentes à aprovação do instrumento de gestão territorial que irá ser desencadeado.

Tendo em atenção os programas antes descritos e o quadro de investimentos acima apresentado, pode-se concluir que a distribuição do investimento pelos programas é a seguinte:

Programa	Designação	Custo total (€)	%
1	Lagos e os Descobrimentos Portugueses		
	Equipamentos	3.000.000 €	2,84% 19,19%
2	Modernização e Reorientação do Turismo de Lagos		
	Equipamentos	93.500.000 €	88,73%
	Elaboração de UOPG	230.000 €	23,86%
4	Requalificação Urbanística e Funcional do Município de Lagos		
	Estudos	150.000 €	0,71% 4,80%
	Elaboração de UOPG	600.000 €	
	Concretização de UOPG	0 €	
5	Acessibilidades e Mobilidade		
	Infraestruturas	5.250.000 €	6,20%
	Equipamentos	1.300.000 €	41,91%
6	Dinamização de Atividades e de Equipamentos		
	Equipamentos	1.300.000 €	1,29%
	Estudos	60.000 €	8,70%
7	Preservação do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável		
	Elaboração de UOPG	240.000 €	0,23% 1,54%
Total		105.630.000 € 15.630.000 €	100,00% 100,00%

Quadro 2 – Investimento por Programas

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS**ALTERAÇÃO****Programa de Execução e Plano de Financiamento**

Do quadro acima resulta que quase 90% do programa de execução se destina a equipamentos de modernização e reorientação do turismo. Contudo essa conclusão é efetivamente afetada por um único investimento (projeto 2.3), de índole privada, que soma a quantia de 90 milhões de euros. Por isso o quadro 2 apresenta a distribuição percentual dos seis programas considerados com a composição total dos vinte e quatro projetos (a preto) e o total e a percentagem (a azul) excluindo o projeto 2.3. Será sobre esta última que recai a análise seguinte:

Ao programa 1, Lagos e os Descobrimentos Portugueses, composto apenas por dois projetos destinados a equipamentos, o valor percentual atribuído ascende a pouco mais de 19%.

O programa 2, Modernização e Reorientação do Turismo de Lagos, que contempla o tal projeto privado de grande dimensão, contém uma parcela diminuta para estudos e para a elaboração de UOPG, sendo, contudo, também a parcela de equipamentos mais acentuada. A percentagem que lhe cabe é de um pouco menos de 24% do total.

Quanto ao programa 3, Estruturação, Reabilitação e Inovação na Cidade de Lagos, a concretização da UOPG 01 relativa ao PU de Lagos, de acordo com os critérios determinados no ponto 2.3 implicou a eliminação do anterior valor de investimento razão pela qual ele não está patente no quadro.

O programa 4, Requalificação Urbanística e Funcional do Município de Lagos, desagrega-se em estudos e elaboração de UOPG, cujo valor é relativamente diminuto, bem como na concretização das restantes UOPG cujo sistema de planeamento ainda não está concluído. O peso percentual deste programa é de um pouco menos de 5%.

O programa 5, Acessibilidades e Mobilidade, inclui uma parcela de infraestruturas e outra de equipamentos, sendo a primeira bastante mais significativa. A percentagem global atribuída a este programa é a mais elevada de todas, atingindo quase de 42%.

Quanto ao programa 6, Dinamização de Atividades e de Equipamentos, para além duma parcela de estudos, destinada a definir uma estratégia de intervenção para a utilização dos equipamentos e sua rentabilização, o fundamental recai nos novos equipamentos e sua dinamização. O peso total deste programa é de quase 9%.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

Por último, o programa 7, Preservação do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável contempla apenas a elaboração de UOPG em zonas do concelho com grande sensibilidade, pelo que o valor percentual que lhe está atribuído é de cerca de 1,6%.

Designação	Custo total (€)	%	Custo total (€)	%
Estudos	210.000 €	0,20%	210.000 €	1,34%
Elaboração de UOPG	1.070.000 €	1,01%	1.070.000 €	6,85%
Infraestruturas	5.250.000 €	4,97%	5.250.000 €	33,59%
Equipamentos	99.100.000 €	93,82%	9.100.000 €	58,22%
Total	105.630.000€	100,00%	15.630.000 €	100,00%

Quadro 3 – Investimento por Tipologia

Agrupando os investimentos por grande tipologia, verifica-se que a larga maioria do investimento é aplicada nos equipamentos (mais de 58%) e nas infraestruturas (quase 34%).

3.2. FASEAMENTO DA INTERVENÇÃO

O quadro 4 – Projetos por fase apresenta a distribuição dos projetos de acordo com três fases em que o PDM se concretiza, embora nem elas sejam vinculativas, nem sequer estanques.

A primeira fase, que agrupa os três primeiros anos, inclui mais de 3/4 dos projetos contemplados (19 dos 24) embora alguns se distribuam por mais que uma fase, como é o caso do projeto 5.4. Para esta fase o esforço financeiro é de pouco mais de 27 milhões de euros, embora, se for descontado o tal projeto 2.3 de iniciativa privada de grandes dimensões, o valor ascenda a cerca de 7 milhões. O peso percentual desta fase é de cerca de 26%, passando a 32 % se for descontado o projeto 2.3. Esta opção tem a ver com a potencial utilização dos fundos comunitários, como se verá adiante e com a contenção de gastos nos anos imediatos.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

Projeto	Designação	Faseamento em €		
		Fase 1	Fase 2	Fase 3
1.1	Museu dos Descobrimentos	1.500.000 €		
1.2	Constituição do Fórum dos Descobrimentos	1.500.000 €		
2.1	Centro de Desportos Marítimos de Vento			3.500.000 €
2.3	Centro de Estágios Desportivos de Lagos	20.000.000 €	42.000.000 €	28.000.000 €
2.4	UOPG 07 - Montinhos da Luz		65.000 €	
2.5	UOPG 08 - Colinas Verdes		65.000 €	
2.6	UOPG 09 - Pedreiras de Monte Judeu (PED)		100.000 €	
4.1	Estudo de Política de Solos Municipal e dos Sistemas de Compensação Urbanística	100.000 €		
4.2	UOPG 02 – Luz	120.000 €		
4.3	UOPG 03 – Odiáxere	120.000 €		
4.6	UOPG 06 - Burgau, Parte Oriental	120.000 €		
4.7	UOPG 11 – Colégio	80.000 €		
4.8	UOPG 12 – Cotifo	80.000 €		
4.9	UOPG 13 – Pincho	80.000 €		
4.10	Plano Local de Habitação	50.000 €		
5.1	Meia Praia Acessos ao Exterior - Via de Ligação a Odiáxere	750.000 €		
5.2	Alternativa Viária a Bensafrim Ligando a EM 535 à EN120			3.500.000 €
5.3	Meia Praia - Acessos ao Exterior - Via V2 e Via de Ligação à EN 125	1.000.000 €		
5.4	Integração da Ecovia Litoral do Algarve	520.000 €	260.000 €	520.000 €
6.1	Intervenções na Escola de Artes e Profissões	1.300.000 €		
6.3	Plano Estratégico de Desenvolvimento das Atividades Coletivas e de Equipamentos	60.000 €		
7.2	UOPG 14 - Falfeira e Funchal – AED	24.000 €	24.000 €	32.000 €
7.3	UOPG 15 - Sargaçal, Envolvente Norte – AED	24.000 €	24.000 €	32.000 €
7.4	UOPG 16 - Pedra Alçada - AED	24.000 €	24.000 €	32.000 €
Total por Fase		27.452.000 €	42.562.000 €	35.616.000 €
% por Fase		26,0%	40,3%	33,7%
Total por Fase		7.452.000 €	562.000 €	7.616.000 €
% por Fase		47,7%	3,6%	48,7%

Quadro 4 – Projetos por fase

A segunda fase, que compreende os três anos seguintes, inclui parte dos projetos da primeira (são 5) e ainda mais 3 novos. O valor total desta fase ascende a pouco menos de 43

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

milhões de euros, dos quais 42 milhões resultam do projeto 2.3. Sendo assim o esforço financeiro desta fase monta a 40% do total, passando a 4% se for retirado o projeto 2.3. Esta opção continua a estar relacionada com os novos fundos comunitários a utilizar a partir de 2022.

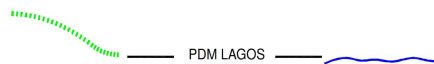
Por último a terceira fase, que agrupa os quatro anos seguintes, inclui 7 projetos, dos quais apenas 2 são novos, sendo o seu investimento de pouco menos de 36 milhões, dos quais 28 milhões resultam do projeto 2.3. O esforço financeiro ascende a quase 34% do investimento total, sendo essa a percentagem de cerca de 49% se for retirado o projeto 2.3.

3.3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO GERAL

O quadro que se segue apresenta um cronograma de execução geral dos investimentos de iniciativa pública cuja estimativa orçamental se apresentou em cima.

No anterior relatório de PEPF que acompanhou a proposta de PDM, o prazo para a sua execução foi de 10 anos. Acontece que constrangimentos vários (o PAEL, a finalização do Portugal 2020 e agora a pandemia) impediram a concretização integral dos primeiros cinco anos de vigência do PDML. Sendo assim, e dado que não existe delimitação legal quanto ao prazo de execução dos PDM, considerou-se mais adequado manter o prazo dos dez anos para a corrente alteração proposta, mantendo-se o prazo de revisão do plano constante no regulamento.

De realçar que as opções de execução dos projetos resultaram do cruzamento de dois vetores, nomeadamente, por um lado, o período de retração que se espera venha a estender-se até ao final de 2022 e ainda a possibilidade de utilização de mecanismos financeiros: do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), razão por que alguns dos projetos antes previstos para fases posteriores foram antecipados, para cumprir a regra de execução em dois anos; bem como do futuro Portugal 2030, razão porque alguns considerados prioritários são remetidos para períodos posteriores.



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS
ALTERAÇÃO
Programa de Execução e Plano de Financiamento

(página propositadamente deixada em branco)



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

Projeto	Designação	Prioridade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
1.1	Museu dos Descobrimentos	1	1.500	600	900								
1.2	Constituição do Fórum dos Descobrimentos	1	1.500	900	600								
2.1	Centro de Desportos Marítimos de Vento	1	3.500								700	1.400	1.400
2.3	Centro de Estágios Desportivos de Lagos	2	90.000		6.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000		
2.4	UOPG 07 - Montinhos da Luz	2	65				13	52					
2.5	UOPG 08 - Colinas Verdes	2	65					13	52				
2.6	UOPG 09 - Pedreiras de Monte Judeu (PED)	2	100				20	40	40				
4.1	Estudo de Política de Solos M. e de Compensação Urbanística	1	100	30	40	30							
4.2	UOPG 02 – Luz	1	120	24	72	24							
4.3	UOPG 03 – Odiáxere	1	120	36	48	36							
4.6	UOPG 06- Burgau, Parte Oriental	1	120	72	48								
4.7	UOPG 11 – Colégio	2	80	16	32	32							
4.8	UOPG 12 – Colífo	2	80	16	32	32							
4.9	UOPG 13 – Pincho	2	80	16	32	32							
4.10	Plano Local de Habitação	1	50		20	30							
5.1	Meia Praia Acessos ao Exterior - Via de Ligação a Odiáxere	1	750	300	225	225							
5.2	Alternativa Viária a Bensafrim Ligando a EM 535 à EN120	3	3.500								700	1.400	1.400
5.3	Meia Praia - Acessos ao Exterior - Via V2/Ligação à EN 125	1	1.000		400	600							
5.4	Integração da Ecovia Litoral do Algarve	2	1.300		260		260		260		260		260
6.1	Intervenções na Escola de Artes e Profissões	1	1.300	650	650								
6.3	Plano Estratégico de Des. Atividades Coletivas e Equipamentos	1	60	40	20								
7.2	UOPG 14 - Falfeira e Funchal – AED	1	80	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
7.3	UOPG 15 - Sargaçal. Envolvente Norte – AED	1	80	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
7.4	UOPG 16 - Pedra Alçada - AED	1	80	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
TOTAL			105.630	2.984	9.143	15.325	14.057	14.389	14.116	14.284	15.424	3.084	2.824
			100%	3%	9%	15%	13%	14%	13%	14%	15%	3%	3%

Quadro 5 – Cronograma Geral de Execução (valores em 1.000 €)



PDM LAGOS

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

(página propositadamente deixada em branco)

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

4. REDISTRIBUIÇÃO DO ESFORÇO FINANCEIRO

A redistribuição do investimento previsto evidencia dois grandes grupos, um envolvendo eventuais parcerias públicas e o outro, investidores privados. Neste o investimento pode refletir parcerias públicas/privadas, ou ainda investimento direto dos privados.

Projeto	Designação	Total	CML	Apoio Fi- nanceiro Comunitá- rio	Parcerias Públicas	Privados/ Parcerias PP
1.1	Museu dos Descobrimentos	1.500	525	975		
1.2	Constituição do Fórum dos Descobrimentos	1.500	525	975		
2.1	Centro de Desportos Marítimos de Vento	3.500	875		2.625	
2.3	Centro de Estágios Desportivos de Lagos	90.000				90.000
2.4	UOPG 07 - Montinhos da Luz	65				65
2.5	UOPG 08 - Colinas Verdes	65				65
2.6	UOPG 09 - Pedreiras de Monte Judeu (PED)	100				100
4.1	Estudo de Política de Solos Municipal e Siste- mas de Compensação Urbanística	100	100			
4.2	UOPG 02 - Luz	120	120			
4.3	UOPG 03 - Odiáxere	120	120			
4.6	UOPG 06 - Burgau, Parte Oriental	120	120			
4.7	UOPG 11 - Colégio	80	40			40
4.8	UOPG 12 - Cotifo	80	40			40
4.9	UOPG 13 - Pincho	80	40			40
4.10	Plano Local de Habitação	50	25		25	
5.1	Meia Praia Acessos ao Exterior - Via de Ligação a Odiáxere	750	750			
5.2	Alternativa Viária a Bensafrim Ligando a EM 535 à EN120	3.500	1.750		1.750	
5.3	Meia Praia - Acessos ao Exterior - Via V2 e de Ligação à EN 125	1.000	1.000			
5.4	Integração da Ecovia Litoral do Algarve	1.300	1.300			
6.1	Intervenções na Escola de Artes e Profissões	1.300	195	845		260
6.3	Plano Estratégico de Desenvolvimento de Ati- vidades Coletivas e Equipamentos	60	60			
7.2	UOPG 14 - Falfeira e Funchal - AED	80	80			
7.3	UOPG 15 - Sargaçal, Envolvente Norte - AED	80	80			
7.4	UOPG 16 - Pedra Alçada - AED	80				80
Total		105.630	7.745	2.795	4.400	90.690

Quadro 6 – Redistribuição do Esforço Financeiro por Interveniente/Grupo (valores em 1000 €)

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS**ALTERAÇÃO****Programa de Execução e Plano de Financiamento**

Esta estrutura evidencia dois outros grupos, o do investimento municipal e do eventual apoio financeiro comunitário, no PRR e no futuro quadro de apoio, estando o seu conjunto patente no quadro 6.

A entidade com maior peso no financiamento é a dos privados, porquanto um só projeto, como foi mencionado, monta a cerca de 90 milhões de euros, o que distorce a redistribuição. Contudo, retirado este, os privados contribuem com um pouco menos de 0,7 milhões de euros.

Analisando, portanto, o esforço financeiro global, com exclusão desse projeto, a entidade com maior investimento e maior redistribuição por número de projetos é obviamente o município, que afeta cerca de 8 milhões de euros, participando em dezanove projetos, dos vinte e quatro que são mencionados.

Seguem-se as parcerias públicas, envolvendo entidades que vão desde o Instituto de Desporto até ao Turismo de Portugal, IP que contribuem com 4,4 milhões de euros.

Por último, os fundos comunitários, que contribuirão, no próximo Portugal 2030 e no PRR, com cerca de 2,8 milhões de euros. Este valor, bastante diminuto, será complementado pela candidatura de outros projetos, constantes em instrumentos de gestão urbanística em vigor, que o Município de Lagos irá submeter ao Portugal 2030.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS
ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MUNICIPAL

O quadro 7 apresenta o cronograma de execução do investimento a cargo do município.

A avaliação deste cronograma obriga a uma prévia determinação da capacidade de investimento de que dispõe o município, ou melhor, o seu autofinanciamento, resultado do comportamento da receita estrutural (receitas correntes + receitas próprias de capital) e das despesas de funcionamento (pessoal + transferências correntes + outras despesas + serviço da dívida), que é identificado como o meio disponível para financiar o investimento do município.

De acordo com o ponto 1.9 dos relatórios de gestão de 2014 a 2019 aprovados pela Assembleia Municipal¹, a variação do autofinanciamento entre 2014 e 2019 foi de cerca de 5,2 milhões para pouco menos de 17,5 milhões. O gráfico seguinte expõe a variação anual indicada no relatório:

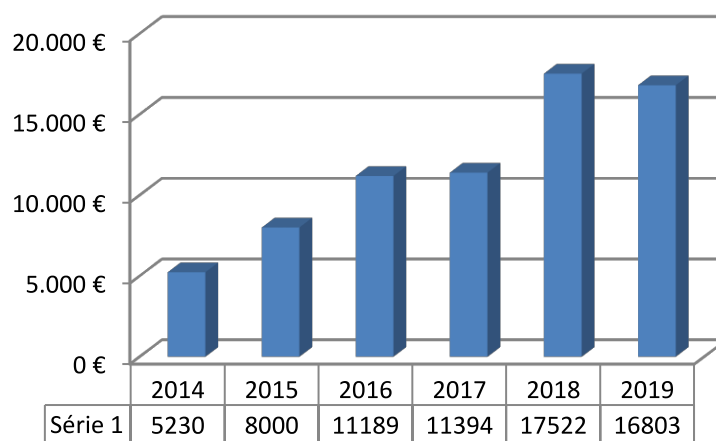
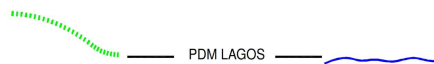


Gráfico 1 - Autofinanciamento municipal por anos

¹ Dado o período de pandemia que ocorreu em 2020 e 2021, optou-se por não atualizar este gráfico.



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

Gráfico 1 - Fonte: www.cm-lagos.com/balcaovirtual/ficheiros/dfinanceiros

Nos últimos cinco anos, o valor médio rondava os 13 milhões de euros e nos últimos dois cerca de 17 milhões. Entretanto, no ano passado, a pandemia certamente veio criar uma alteração que os anos vindouros virão a recuperar. Por isso é razoável estimar que nos subseqüentes a retoma possa vir a determinar um valor intermédio, situando-se pelo menos numa média anual de 15 milhões de euros.

Para efeitos da avaliação do ajuste do cronograma, considerou-se que o valor anual do seu impacto não poderia ultrapassar 10% dos meios disponíveis, uma vez que se devem considerar os restantes apoios financeiros necessários à concretização dos projetos não contemplados, de que são particularmente pesados os encargos perequativos do município no seio de outros instrumentos de gestão territorial. Sendo assim a média disponível ao longo dos dez anos de vigência do PDM será de 1,5 milhões de euros, pelo que o valor anual médio do cronograma deverá ser inferior, ou quando muito igual ao montante indicado.

Ora o que se verifica é que o valor médio é de menos de um milhão de euros (7,745 milhões em dez anos) pelo que contido na média acima referida. Aliás, apenas nos três primeiros anos o valor médio é quase atingido devido à necessária concentração de projetos candidatáveis a apoio financeiro comunitário. O mesmo acontece nos últimos dois anos, também por razões idênticas.



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

Projeto	Designação	Prioridade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
1.1	Museu dos Descobrimentos	1	525	210	315	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2	Constituição do Fórum dos Descobrimentos	1	525	315	210	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1	Centro de Desportos Marítimos de Vento	1	875	0	0	0	0	0	0	0	175	350	350
2.3	Centro de Estágios Desportivos de Lagos	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.4	UOPG 07 - Montinhos da Luz	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.5	UOPG 08 - Colinas Verdes	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.6	UOPG 09 - Pedreiras de Monte Judeu (PED)	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.1	Estudo de Política de Solos e de Compensação Urbanística	1	100	30	40	30	0	0	0	0	0	0	0
4.2	UOPG 02 – Luz	1	120	24	72	24	0	0	0	0	0	0	0
4.3	UOPG 03 – Odiáxere	1	120	36	48	36	0	0	0	0	0	0	0
4.6	UOPG 06 - Burgau, Parte Oriental	1	120	72	48	0	0	0	0	0	0	0	0
4.7	UOPG 11 – Colégio	2	40	8	16	16	0	0	0	0	0	0	0
4.8	UOPG 12 – Colíto	2	40	8	16	16	0	0	0	0	0	0	0
4.9	UOPG 13 – Pincho	2	40	8	16	16	0	0	0	0	0	0	0
4.10	Plano Local de Habitação	1	25	0	10	15	0	0	0	0	0	0	0
5.1	Meia Praia Acessos ao Exterior - Via de Ligação a Odiáxere	1	750	300	150	300	0	0	0	0	0	0	0
5.2	Alternativa Viária a Bensafrim Ligando a EM 535 à EN120	3	1.750	0	400	600	0	0	0	0	350	700	700
5.3	Meia Praia - Acessos ao Exterior - Via V2/Ligação à EN 125	1	1.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.4	Integração da Ecovia Litoral do Algarve	2	1.300	260	0	260	0	260	0	260	0	260	0
6.1	Intervenções na Escola de Artes e Profissões	1	195	97,5	97,5	0	0	0	0	0	0	0	0
6.3	Plano Estratégico de Des. Ativ Coletivas e Equipamentos	1	60	40	20	0	0	0	0	0	0	0	0
7.2	UOPG 14 - Falfeira e Funchal – AED	1	80	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
7.3	UOPG 15 - Sargaçal, Envolvente Norte – AED	1	80	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
7.4	UOPG 16 - Pedra Alçada - AED	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL			7.745	1.424,5	1.474,5	1.329	16	276	16	276	541	1326	1.066
			100%	18%	19%	17%	0%	4%	0%	4%	7%	17%	14%

Quadro 7 – Cronograma de Execução Municipal (valores em 1.000 €)



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

(página propositadamente deixada em branco)

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS**ALTERAÇÃO****Programa de Execução e Plano de Financiamento**

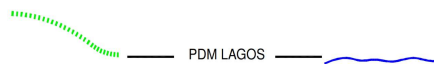
6. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO E PRINCÍPIOS PEREQUATIVOS

6.1. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO PARA AS UOPG DO PDM

Na alteração ao Plano Diretor Municipal são propostas algumas mudanças quanto aos instrumentos previstos para execução das UOPG considerando por um lado a não concretização de PTM que estiveram outrora em curso (para a Luz, Odiáxere e Burgau) e por outro a interpretação corrente sobre o artigo 120.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na qual a figura da unidade de execução não é aplicável em solo rústico.

Nestes termos, das 16 Unidades Operativas de Gestão e Planeamento definidas:

- ✓ quatro têm Planos de Urbanização ou de Pormenor elaborados ou em curso (caso da UOPG 01 na cidade de Lagos com PU aprovado, UOPG 04 Chinicato e UOPG 05 Almádena ambas com PP aprovados e UOPG 10 com Plano de Pormenor já aprovado pela CM) nos quais estão definidos os respetivos instrumentos de execução;
- ✓ para três, designadamente a UOPG 02 Luz, a UOPG 03 Odiáxere e a UOPG 06 Burgau, podem ser considerados como instrumentos de execução figuras como os planos de pormenor, as unidades de execução, os contratos de urbanização e as operações urbanísticas (em execução sistemática ou assistemática) cumprindo os princípios definidos por lei e os objetivos estabelecidos pelo PDM para cada uma destas UOPG;
- ✓ cinco, designadamente a UOPG 07 Montinhos da Luz, a UOPG 08 Colinas verdes, a UOPG 11 Colégio, a UOPG 12 Cotifo e a UOPG 13 Pincho, delimitadas em solo rústico, devem ser desenvolvidas com recurso à elaboração de Planos de Pormenor com respeito pela legislação vigente à data e pelos objetivos estabelecidos pelo PDM para cada uma destas UOPG;
- ✓ quatro, designadamente a UOPG 09 Pedreira de Monte Judeu, a UOPG 14 Falfeira e Funchal, a UOPG 15 Sargaçal (envolvente norte) e a UOPG 16 Pedra Alçada, po-



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

dem ser desenvolvidas com recurso a planos de urbanização ou planos de pormenor com respeito pela legislação vigente à data e pelos objetivos estabelecidos pelo PDM para cada uma destas UOPG.

No que respeita aos instrumentos de gestão do PDM importa ainda referenciar a necessidade de se proceder a um trabalho de revisão/refundação do regulamento que integra a taxa municipal de realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas, nomeadamente contemplando todo o edifício de suporte das intervenções urbanísticas, isto é, fazendo incidir na TRIU a redistribuição perequativa dos custos com as intervenções previstas no PDM, bem como das que vierem a ser detetadas como não estando contempladas nos PTM em vigor, e ainda das que resultam das necessárias renovações periódicas de infraestruturas, espaços verdes e equipamentos.

Este trabalho deverá ser efetuado pela autarquia preferencialmente antes do final do corrente ano, para que seja concomitante com a execução do PDM, a iniciar no próximo ano.

6.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PEREQUAÇÃO

Os princípios orientadores de perequação que devem ser consagrados no PDM, para aplicação nos PTM dele decorrentes são os que se apresentam de seguida e partem do pressuposto de que a execução do planeamento em Lagos, mormente, do planeamento de áreas expectantes, ainda por urbanizar, será sobretudo uma execução coordenada, programada e sistemática, ou seja, concretizada no âmbito do disposto em planos municipais de ordenamento do território de hierarquia inferior ao PDM ou de unidades de execução, com vista à obtenção de soluções integradas.

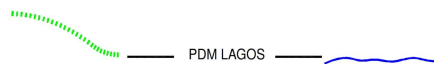
Contudo, antes de o fazer importa alertar para o carácter orientador destas propostas, tendo em vista, principalmente, criar uma homogeneidade de tratamento do território, submetendo-o a um conjunto idêntico de princípios perequativos que sejam verdadeiramente equitativos. Acontece que o território não é todo ele uniforme, havendo possivelmente fatores locais que podem sugerir uma conformação diferenciada ao conjunto de regras que agora se apresentam. Ora se existe a possibilidade dessa ocorrência será indispensável prever no quadro do regulamento do PDM a necessária exceção, admitindo-se,

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS**ALTERAÇÃO****Programa de Execução e Plano de Financiamento**

com determinadas condições, a aplicação de parâmetros perequativos diferentes dos que serão normalmente aplicados, e que são os seguintes:

Encargos de Urbanização

1. Os encargos de urbanização (custos com infraestruturas locais, com espaços verdes e com os equipamentos) dos territórios contemplados por Plano de urbanização e de pormenor destinados integralmente a nova expansão serão assumidos pelos promotores de cada unidade operativa em função dos seguintes parâmetros:
 - Os custos com as infraestruturas em função da capacidade construtiva que lhes for atribuída;
 - Os custos com os espaços verdes e com os equipamentos, em função da população servida por cada unidade operacional/loteamento.
2. Os encargos de urbanização (custos com infraestruturas locais, com espaços verdes e com os equipamentos) dos territórios contemplados por plano de urbanização e de pormenor destinado a reconversão urbana, seguem o mesmo princípio descrito em 1. Contudo, os encargos serão repartidos entre a autarquia e os promotores de construção nova, sendo que neste caso, a autarquia responde na proporção da área de construção existente e que se mantém e os promotores de construção nova respondem na proporção do total de nova área de construção admitida. Excetua-se deste princípio os investimentos que servirem apenas a nova área de construção, ou os que resultarem do reforço do existente para esse efeito, caso em que os encargos de urbanização serão apenas suportados pelos promotores de construção nova que são beneficiados com o aumento de área de construção.
3. Desde que previsto em contrato de urbanização, poderá existir um suporte parcial por parte do município em relação a espaços verdes e equipamentos novos que, manifestamente, sirvam população para além do âmbito territorial da zona de expansão urbana, sendo o valor que cabe ao município medido pela razão da população abrangida existente sobre a população total prevista na unidade operativa. Atendendo à atual falta de articulação entre o Código das Expropriações e o RJIGT, este



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS
ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

suporte poderá constituir um elemento importante na execução dos planos, naqueles casos em que os proprietários assumam uma posição totalmente passiva relativamente à sua concretização (por exemplo, por a sua parcela se integrar totalmente em espaço verde).

4. Havendo investimentos com encargos de urbanização previstos em PTM que venham a ter uma área de abrangência superior ao território da unidade operativa onde estão localizados (por exemplo uma ETAR que serve várias zonas do município) a parte proporcional que excede o território e a população envolvida no PTM será suportada pela autarquia, que incorporará esse valor em sede de PTM, ou de TRIU, ou das duas, consoante os casos.

Cedências ao Município

1. Sempre que forem realizadas cedências à autarquia no âmbito de operações urbanísticas sistemáticas que sirvam o propósito de concretizar o programa de uma determinada unidade operativa de planeamento e gestão, elas serão efetuadas a custo zero, cabendo aos promotores assegurar os encargos com todas as parcelas (incluindo os terrenos) que compõem essa cedência.
2. Sempre que o desenvolvimento da unidade operativa de planeamento e gestão se processe por via do sistema de cooperação, o proprietário cedente de terreno para o município fá-lo-á a custo zero, mantendo a capacidade construtiva que o terreno cedido lhe atribui.
3. Quando haja oposição, recusa ou passividade na execução do plano por parte dos proprietários de terreno a ceder, isto é, sempre que o proprietário onerado com a cedência opte por não realizar voluntariamente a mesma, o município, nos casos em que o adequado interesse público o justifique, poderá adotar os mecanismos de execução impositivos adequados a garantir a concretização do plano. Neste caso, apenas em condições de última instância, o município poderá lançar mão da expropria-

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS**ALTERAÇÃO****Programa de Execução e Plano de Financiamento**

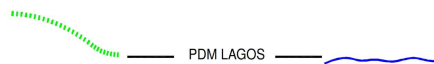
ção por utilidade pública, em sede própria, ou no quadro de um contrato de concessão de urbanização, sendo a distribuição dos encargos e da capacidade construtiva definidos pelo município no âmbito da concretização do sistema adotado.

Compensação entre Proprietários

1. Sempre que se trate de Plano de Urbanização (PU), a compensação entre proprietários processar-se-á em duas etapas:
 - Uma que envolve o conjunto das unidades operativas previstas no PU em que se compensam as que têm menor capacidade edificativa efetiva pelas que têm maior capacidade edificativa efetiva, em relação à capacidade média prevista no plano;
 - A outra envolve os proprietários de cada unidade operativa entre si, sendo nesse caso efetuado um acerto entre eles, medido pela capacidade construtiva em Área Total de Construção (ATC)² que lhe cabe. Neste caso, a redistribuição assenta na proporção da capacidade edificativa efetiva, sobre a Área Livre Bruta³ da unidade operativa.
2. Sempre que se trate de um Plano de Pormenor a compensação entre proprietários será efetuada apenas de acordo com o parágrafo final do número anterior, exceto se forem previstas unidades de execução diferenciadas em aplicação de índices, ou em faseamento, ou ainda outras aplicáveis, caso em que os dois níveis podem ser aplicados.

² Ver ficha nº I-13 (Área Total de Construção – ATC) do DR 5/2019

³ A área livre bruta consiste na superfície total de terreno por urbanizar/consolidar, incluindo os terrenos destinados a infra-estruturas viárias, espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva.



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

Exceção à Aplicação das Regras Perequativas acima indicadas

Sempre que um autor/coordenador de instrumento de gestão do território decorrente do PDM (incluindo planos de urbanização e de pormenor e unidades de execução), após a aplicação à solução urbanística nele contemplada das regras perequativas acima descritas, verifique que existe desajustamento evidente, deve apresentar aos serviços municipais competentes um relatório justificativo que clarifique a impossibilidade, ou grave inconveniente, em utilizar os referidos princípios, propondo as que considera deverem ser aplicados.

De notar que o referido relatório tem de sustentar adequadamente, com base em sistema contável de comprovação, a rejeição das regras, indicando as razões concretas, bem como as consequências negativas para os promotores e para o erário público, que levam a fazê-lo.

Por sua vez, o serviço municipal competente terá de emitir uma apreciação sobre a aceitação ou rejeição desse relatório, para que o executivo municipal possa tomar a decisão final sobre a adoção ou não do regime de exceção que se admite em sede de regulamento.

Admite-se desde já a eventual utilidade de, havendo algum caso em que se venha a aplicar um sistema de exceção, se emitir em sua sequência um conjunto de normas supletivas que possam enquadrar o tipo de relatório a elaborar pelas equipas dos planos.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS**ALTERAÇÃO****Programa de Execução e Plano de Financiamento**

7. PRINCÍPIOS DE GOVERNAÇÃO

Por norma a gestão territorial dum concelho cabe diretamente à autarquia.

Existem, é certo, exceções que condicionam a intervenção exclusiva do município. Entre outras, as mais frequentes são as zonas portuárias do concelho, que implicam a intervenção da autoridade marítima, as zonas classificadas com interesse natural, onde interfere a autoridade que tutela o ambiente, ou ainda as zonas classificadas com interesse patrimonial e cultural, que são normalmente tuteladas pela autoridade com competência no domínio da cultura.

A intervenção da CCDR, neste caso do Algarve, é também, à luz das competências que lhe estão delegadas, um elemento adicional a ter em conta.

Contudo, a verdade é que presentemente, a intervenção territorial recorre muito frequentemente a sistemas de parceria do município quer com órgãos do poder de nível superior, quer sobretudo com os privados, sendo evidente que são estes os principais fatores da sua utilização. É que a sua velocidade de atuação é muito mais rápida que a permitida, pelas suas próprias características, ao sistema público. Haverá, pois, que encontrar mecanismos de governação que operacionalizem o sistema.

7.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BASE ESTRATÉGICA

A opção por um plano diretor de carácter eminentemente estratégico pressupõe que a sua execução recorra a mecanismos de implementação compatíveis, nomeadamente a contratualização. Esta por sua vez procura dar resposta à execução mais célere dos procedimentos.

São vários os mecanismos contratuais passíveis de ser implementados no âmbito do planeamento dos quais os mais utilizados são (ou foram) os programas de ação territorial (PAT), os contratos de planeamento ou os contratos de execução.

No quadro dum PDM a utilização destes mecanismos torna mais claros os procedimentos de negociação urbanística, pois não só permitem o envolvimento num único documento

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS**ALTERAÇÃO****Programa de Execução e Plano de Financiamento**

das várias entidades com intervenção no território em causa, como contribuem decisivamente para a agilização do sistema de licenciamento, nem que não seja no quadro da emissão de pareceres, pela consensualização de base que impõe.

Da mesma forma, confere-se uma maior segurança jurídica aos acordos que venham a ser celebrados, permitindo a criação de um canal de comunicação entre o resultado da concertação prévia realizada com os interessados na execução do planeamento e a formalização legal de mecanismos jurídicos capazes de suportar os consensos alcançados, tudo devidamente enquadrado pela estratégia adotada no plano diretor municipal.

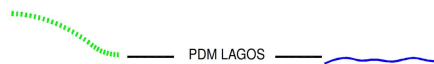
Por último, este tipo de instrumentos permite, normalmente, a criação de sistemas integrados de financiamento, que tornam mais exequíveis e flexíveis a concretização das intervenções territoriais.

Assim, no quadro do PDM de Lagos, que tem carácter eminentemente estratégico, a governação terá de se nortear pelo recurso aos mecanismos acima referenciados, nomeadamente os contratos de planeamento ou os contratos de urbanização.

7.2. OUTROS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA GOVERNAÇÃO

A proposta dum PDM “estratégico” implica desde logo que o Município se terá de estruturar de acordo com as exigências da sua implementação. Não se pretende neste relatório aprofundar o sistema de envolvimento municipal, que poderá ser maior ou menor consoante as opções que apenas aos eleitos municipais cabem. Contudo, a adaptação gradual e progressiva e a interligação dos serviços municipais que passam a ter intervenção no processo de gestão do PDM, que extravasam os que tradicionalmente acompanham a sua implementação, é uma das consequências da adoção do modelo estratégico de planeamento que este plano pressupõe.

Não se propõe a obrigatoriedade de aumentar ou de criar um novo serviço para o efeito. Apenas se indica que haverá que reformular e adaptar os procedimentos e a articulação dos serviços de acordo com esta metodologia. Um PDM estratégico obriga a uma maior integração das diferentes áreas de intervenção territorial, ao contrário do que sucede com um PDM mais estático. Por isso é importante a dinamização e monitorização da aplicação



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS
ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

dos planos com incidência no município, sejam eles apenas PTM ou mesmo os de nível superior e ou setorial, para o que uma entidade de coordenação terá de existir, embora possa ser muito informal ou, pelo contrário mais assumida, neste caso, usando uma figura do tipo Gabinete de Gestão do Planeamento Territorial.

Esta abrangência explica-se, pois, só dessa forma será possível utilizar, adequadamente, eventuais figuras de interação envolvendo entidades internas e externas ao Município. Mas não só. Ainda é importante, porque será também função da entidade coordenadora promover ações de dinamização que mobilizem as entidades a quem compete a concretização de planos de nível superior e ainda dos que são sectoriais, sempre que eles tenham efeitos territoriais no concelho.

Para além da criação dessa entidade coordenadora, propõem-se ainda os seguintes princípios norteadores duma governância para o PDM de Lagos:

1. A governação quanto às normas que assistem às decisões urbanísticas envolvendo o território do PDML competem unicamente aos órgãos eleitos locais, sem outra qualquer reserva que não sejam os parâmetros que se apresentam de seguida.
2. Para os territórios concelhios em que a gestão territorial cabe fundamentalmente a terceiros dado o poder decisório que detêm, será proposta a criação dum sistema misto de gestão, com representantes paritários das entidades envolvidas, até que seja possível a criação de modelos de governação que sejam assegurados pelos serviços locais tutelados em sistema de monitorização diferida.
3. A concretização do PDML caberá prioritariamente à Câmara Municipal de Lagos que identificará o conjunto de ações, projetos e investimentos que podem e devem ser desenvolvidos em sistema de parceria envolvendo agentes públicos e privados. As ações que envolvam parcerias devem ser concebidas e ou apreciadas pela entidade coordenadora acima referida.
4. O modelo de relacionamento externo do Município quanto à implementação do PDML será dinâmico pelo que poderá a cada momento, consoante a evolução o aconselhe, abrir ou fechar ações a entidades terceiras, embora o deva fazer sem criar constrangimentos ao envolvimento dos agentes, isto é, uma vez aberta uma

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

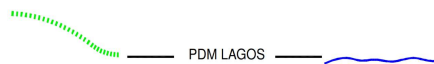
ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

ação ela só deverá ser retirada se em consenso das diversas partes se concluir ser mais adequado fazê-lo.

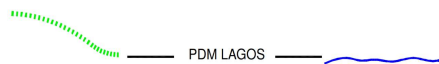
5. As entidades a envolver em cada momento e em cada projeto serão as que efetivamente lhe estejam diretamente ligadas, pelo que a decisão de lançar um determinado projeto em parceria terá de ser precedida duma identificação precisa dos agentes a participar.
6. De igual forma, para cada projeto será necessária a identificação do modelo de implementação que, entre outras, estruture o papel de cada parceiro e os direitos e obrigações que cabe a cada qual.

Caberá à entidade coordenadora desenvolver, em regulamento interno estas e outras orientações de governação.



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS
ALTERAÇÃO
Programa de Execução e Plano de Financiamento

ANEXO I – FICHAS DE PROJETO



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

ALTERAÇÃO

Programa de Execução e Plano de Financiamento

FICHA DE PROJETO

Número 1.1

Projeto Museu dos Descobrimentos

Localização Cidade de Lagos - Centro Histórico

Linha estratégica de desenvolvimento

LE1 História e Cultura dos Descobrimentos

Programa

P1 Programa Lagos e os Descobrimentos Portugueses

Objetivo específico

1 Afirmar a identidade cultural de Lagos ligada aos Descobrimentos



Objetivos específicos complementares

3 Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho

2 Inserir Lagos nas redes internacionais de cidades/países ligados à exploração dos Mares

11 Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses

Caracterização do projeto

O objetivo estratégico consignado na linha estratégica "História e Cultura dos Descobrimentos" deve concretizar-se por intermédio de ações e projetos, quer sejam imateriais quer não. Neste caso, a criação dum Museu dos Descobrimentos é um projeto central no quadro deste programa. É ainda um projeto que contribui para a afirmação da sede de concelho enquanto polo organizador das dinâmicas económicas e sociais do Barlavento Algarvio. Desejavelmente, este projeto deverá ser analisado em conjunto com as entidades nacionais da rede de museus, procurando dar-lhe um carácter nacional, uma vez que ainda não existe um equipamento especializado para o efeito. Os vetores que devem nortear o projeto concentram-se nos séculos XV e XVI, devendo versar para além dos descobrimentos em si, as condições de vida e dinâmica local e regional antes dos descobrimentos, o papel dos principais protagonistas, os efeitos locais e regionais dos descobrimentos, as principais rotas de viagem de Lagos para o exterior. O programa museológico e consequentemente a seleção do edifício que albergue o museu deve resultar dum programa de ação territorial a estabelecer com os principais parceiros. O valor estimado para o projeto corresponde apenas à participação municipal.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos; Secretaria de Estado da Cultura; Direção Regional de Cultura; Turismo de Portugal; Fundação Gulbenkian; Fundação do Oriente.

Ano inicial 1 Ano final 2 Prioridade 1 Investimento 1.500.000,00 €

Observações

- Os valores inscritos no investimento correspondem apenas à participação da CML.

FICHA DE PROJETO

Número 1.2

Projeto Constituição do Fórum dos Descobrimentos

Localização Cidade de Lagos

Linha estratégica de desenvolvimento

LE1 História e Cultura dos Descobrimentos

Programa

P1 Programa Lagos e os Descobrimentos Portugueses

Objetivo específico

2 Inserir Lagos nas redes internacionais de cidades/países ligados à exploração dos Mares



Objetivos específicos complementares

1 Afirmar a identidade cultural de Lagos ligada aos Descobrimentos

3 Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho

11 Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses

Caracterização do projeto

O Fórum dos Descobrimentos consiste numa estrutura que visa a compilação e divulgação de informação relacionada com os Descobrimentos. Visa colocar a cidade e o município de Lagos no centro de redes de informação sobre a Cultura dos Oceanos e sobre os Descobrimentos, por forma a atrair para Lagos não só turistas mas também especialistas sobre estas matérias, fazendo de Lagos uma "escola viva" sobre os Descobrimentos e os Oceanos. Ao eleger o edifício dos Paços do Concelho para instalação do Fórum dos Descobrimentos (que incluirá nomeadamente museu multimédia dos Descobrimentos, ciber café, biblioteca, entre outros) pretende retirar-se partido da sua localização com o objetivo de devolver vida ao centro histórico.

O Fórum dos Descobrimentos integrará ainda o Projeto de Ciência Viva, enquanto estrutura de suporte ao desenvolvimento de iniciativas no Âmbito de Estratégia Nacional para o Oceano, nomeadamente a Rede de Cultura do Oceano e o Portal do Oceano.

Este projeto deverá integrar as seguintes ações:

- Instalação do Fórum dos Descobrimentos no centro histórico de Lagos, com polo museológico, espaço multiusos, etc.;
- Desenvolvimento de um programa de atividades e estabelecimento de parcerias;
- Participação na Rede de Cultura do Oceano e criação de um Portal do Oceano Municipal.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos.

Ano inicial 1

Ano final 2

Prioridade 1

Investimento 1.500.000,00 €

Observações

- Os valores inscritos no investimento foram obtidos utilizando cálculos orçamentais com base nas características técnicas do projeto.

FICHA DE PROJETO

Número 2.1

Projeto Centro de Desportos Marítimos de Vento

Localização Litoral do concelho

Linha estratégica de desenvolvimento

LE2 Turismo, Conhecimento e Inovação

Programa

P2 Programa de Modernização e Reorientação do Turismo de Lagos

Objetivo específico

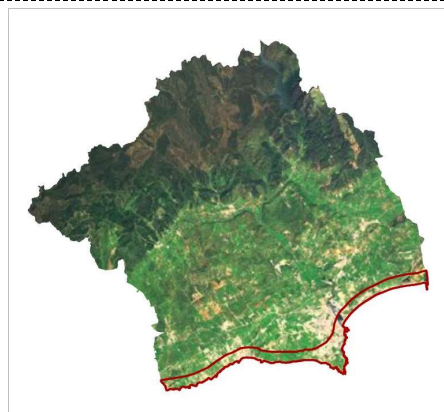
3 Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho

Objetivos específicos complementares

1 Afirmar a identidade cultural de Lagos ligada aos Descobrimentos

2 Inserir Lagos nas redes internacionais de cidades/países ligados à exploração dos Mares

11 Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses



Caracterização do projeto

O fomento da prática desportiva no concelho pressupõe, naturalmente, o aproveitamento do potencial do mar, pelo que se propõe a realização do projeto estruturante de criação de um Centro de Desportos Marítimos de Vento, que se constituirá como um equipamento de alto rendimento vocacionado para a formação, promoção e prática de atividades náuticas desportivas e de recreio, para a realização de grandes eventos desportivos e de estágios. O desporto de alto rendimento assume hoje um importante fator de divulgação nacional e internacional que potencia o crescimento e desenvolvimento da prática desportiva.

Este projeto, enquadrado nas orientações do PROT Algarve, abrangerá as valências dos desportos de mar que beneficiam do vento, nomeadamente o windsurf, kitesurf, e vela e outras ainda, beneficiando das conhecidas características próprias de Lagos para a prática destas modalidades. O desenvolvimento deste projeto deverá ser articulado logo de início com outras iniciativas que se encontram a decorrer nos concelhos vizinhos, nomeadamente com Vila do Bispo.

O projeto do Centro de Desportos Marítimos de Vento deverá englobar as seguintes ações:

- Estudo prévio/definição do programa - que deverá definir genericamente, o programa dos equipamentos, o local para a implementação da sede (centro) e seus centros de apoio ou seja áreas de apoio à prática desportiva em zonas apropriadas, tendo em conta as características ideais para a prática deste tipo de modalidades e suas vertentes específicas;

- Projeto de execução do Centro de Desportos Marítimos de Vento – que inclui a sede e os centros de apoio. O centro de Alto Rendimento (não obstante careça dum estudo mais pormenorizado) deverá considerar as seguintes áreas: Área técnico-desportiva, com 2 salas de aquecimento/laboratórios, 2 salas polivalentes de formação, vestiários/balneários, instalações para SPA/reabilitação (para sauna, sala de massagem, sala de apoio médico e primeiros socorro), 1 hangar para arrecadação dos equipamentos associados às modalidades, uma área residencial com capacidade para acolher 30 pessoas, uma área social e administrativa, sala de reuniões e 4 gabinetes individuais, uma área polivalente direcionada para a ocupação de tempos livres, espaços comerciais, centro de interpretação ambiental, tratamento de espaços exteriores e estacionamento. Os projetos deverão adotar sistemas de construção sustentável e integrar sistemas energéticos apoiados em energias renováveis.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Escolas e clubes existentes com as valências das modalidades envolvidas; Federação Portuguesa de Kite; Instituto do Desporto de Portugal; Fed. Portuguesa de Surf; Associação Portuguesa de Windsurfing; Fed. Portuguesa de Vela; Turismo de Portugal.

Ano inicial 8 **Ano final** 10 **Prioridade** 1 **Investimento** 3.500.000,00 €

Observações

- O valor inscrito no investimento foi obtido utilizando cálculos orçamentais com base nas características técnicas do projeto.
- O projeto deverá desenvolver parcerias com o Desporto Escolar, induzindo de certa forma a prática desportiva e a rentabilizar recursos, com universidades no sentido desenvolver laboratórios de estudo dos recursos marítimos desportivos, etc.

FICHA DE PROJETO

Número 2.3

Projeto Centro de Estágios Desportivos de Lagos

Localização Lagos

Linha estratégica de desenvolvimento

LE2 Turismo, Conhecimento e Inovação

Programa

P2 Programa de Modernização e Reorientação do Turismo de Lagos

Objetivo específico

3 Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho

Objetivos específicos complementares

5 Requalificar urbanística e ambientalmente a Cidade de Lagos

11 Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município

Caracterização do projeto

Trata-se duma infraestrutura desportiva a instalar na herdade da Corte do Bispo, em Bensafrim, num terreno com cerca de 260 hectares, destinado a um centro desportivo de excelência vocacionado para desportos de exterior e atletas profissionais e de alta competição. Será contudo também utilizado por atletas amadores, sejam eles residentes ou estranhos ao concelho. O projeto dispõe dum programa de intervenção definido, aguardando apenas condições de aplicação. Trata-se dum projeto a ser integralmente suportado por privados.

Entidade impulsionadora

Privados.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos; Entidades Privadas.

Ano inicial 2 Ano final 8 Prioridade 2 Investimento 90.000.000,00 €

Observações

- Este projeto conta apenas com investimento privado.

FICHA DE PROJETO

Número 2.4

Projeto UOPG 07 - Montinhos da Luz

Localização Montinhos da Luz - freguesia da Luz

Linha estratégica de desenvolvimento

LE2 Turismo, Conhecimento e Inovação

Programa

P2 Programa de Modernização e Reorientação do Turismo de Lagos

Objetivo específico

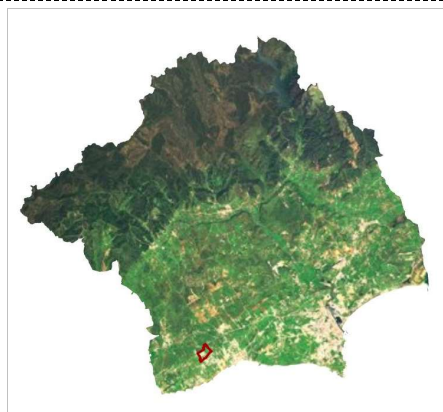
3 Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho

Objetivos específicos complementares

7 Apostar numa ruralidade qualificada

9 Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município



Caracterização do projeto

O plano de pormenor a desenvolver deve tirar partido das potencialidades da área de intervenção tendo por ordem relativa de importância os seguintes objetivos:

- Definição rigorosa da qualificação do solo fundamentada em estudos apresentados com a proposta em articulação com a estrutura regional de proteção e valorização ambiental;
- Valorização turística da área de intervenção, incluindo o projeto de conversão da albergaria em hotel e o projeto de alteração do loteamento 2/74;
- Adoção de usos compatíveis e valorizadores das áreas agrícolas;
- Requalificação urbanística da área de intervenção, nomeadamente, criação de espaço público, articulação dos espaços e diversificação de usos;
- Regularização das infraestruturas na área de intervenção, incluindo rede viária e estacionamento, abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais, eletricidade e telecomunicações;
- Potenciação de uma estrutura ecológica local que assuma relevância em termos de área e continuidade na área de intervenção;
- Articulação com a área de intervenção do PU da Luz, à qual o EOT é adjacente;
- Criação de um equipamento / serviço de utilização coletiva público ou privado e respetivos acessos e áreas de estacionamento, privilegiando áreas articuladas com o aglomerado da Luz para a sua localização.

Note-se que deverão ser cumpridas as seguintes orientações/disposições do PROT-Algarve para EOT na área da Faixa Costeira entre os 500 e os 2000 m, nomeadamente:

- Não exceder a área máxima urbanizável de 20% do total das áreas livres intersticiais;
- Não exceder a densidade máxima de ocupação de 60 hab/há ou 100 camas/há nas áreas a ocupar com hotéis e pousadas;
- Admitir apenas como tipologias turísticas os hotéis e aldeamentos turísticos de 4 e 5 estrelas e as pousadas; Em relação ao respeito pela EEM em articulação com a ERPVA, pretende-se que a requalificação desta área do ponto de vista urbanístico seja abordada no sentido da sustentabilidade do território, considerando-se crucial o controlo da impermeabilização com soluções técnica e economicamente viáveis e a potenciação de uma estrutura ecológica presente na vivência urbana da área de intervenção.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos; Promotores turísticos.

Ano inicial 4 Ano final 5 Prioridade 2 Investimento 65.000,00 €

Observações

- O pagamento do estudo terá de ser assumido pelos privados envolvidos e interessados
- Todos os investimentos para concretização da UOPG serão assumidos por regras perequativas que terão de cumprir o estabelecido no regulamento do PDM sobre o assunto e no programa de execução do PP que vier a ser aprovado.
- O valor não inclui elaboração de cartografia nem estudos de tráfego.

FICHA DE PROJETO

Número 2.5

Projeto UOPG 08 - Colinas Verdes

Localização Colinas Verdes - freguesia de Bensafrim

Linha estratégica de desenvolvimento

LE2 Turismo, Conhecimento e Inovação

Programa

P2 Programa de Modernização e Reorientação do Turismo de Lagos

Objetivo específico

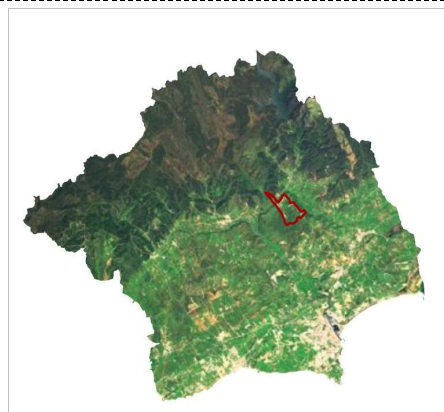
3 Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho

Objetivos específicos complementares

7 Apostar numa ruralidade qualificada

9 Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município



Caracterização do projeto

O plano de pormenor a desenvolver deve tirar partido das potencialidades da área de intervenção, tendo por ordem relativa de importância os seguintes objetivos:

- Definição rigorosa da qualificação do solo fundamentada em estudos apresentados com a proposta em articulação com a estrutura ecológica de proteção e valorização ambiental e com o regime jurídico da REN;
 - Valorização turística da área de intervenção, incluindo a instalação de um estabelecimento hoteleiro e de outros empreendimentos vocacionados para mercados tais como o turismo de natureza ou o turismo sénior, em conformidade com o disposto no PROT;
 - Adoção de usos compatíveis e valorizadores das áreas agrícolas e florestais integradas na área de intervenção;
 - Qualificação urbanística da área edificada, nomeadamente, criação de espaço público, articulação dos espaços e diversificação de usos;
 - Regularização das infraestruturas na área de intervenção, incluindo rede viária e estacionamento, abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais, eletricidade e telecomunicações;
 - Potenciação de uma estrutura ecológica local que assuma relevância em termos de área e continuidade na área de intervenção;
 - Criação de um equipamento / serviço de utilização coletiva público ou privado e respetivos acessos e áreas de estacionamento.
- Note-se que deverão ser cumpridas as seguintes orientações/disposições do PROT-Algarve para EOT nas áreas fora da faixa costeira, nomeadamente:
- Não exceder a área máxima urbanizável de 20% do total das áreas livres intersticiais, que deverão ser delimitadas com rigor em estudos de caracterização;
 - Não exceder a densidade máxima de ocupação de 60 hab/há ou 100 camas/há nas áreas a ocupar com hotéis e pousadas;
 - Admitir operações urbanísticas em que pelo menos 70% da capacidade de alojamento a criar corresponda a hotéis, aldeamentos turísticos e hotéis apartamentos de 4 e 5 estrelas e pousadas.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos; Promotores turísticos.

Ano inicial 5 **Ano final** 6 **Prioridade** 2 **Investimento** 65.000,00 €

Observações

- O pagamento do estudo terá de ser assumido pelos privados envolvidos e interessados
- Todos os investimentos para concretização da UOPG serão assumidos por regras perequativas que terão de cumprir o estabelecido no regulamento do PDM sobre o assunto e no programa de execução do PP que vier a ser aprovado.
- O valor não inclui elaboração de cartografia nem estudos de tráfego.

FICHA DE PROJETO

Número 2.6

Projeto UOPG 09 - Pedreiras de Monte Judeu (PED)

Localização Monte Judeu - freguesia de Barão de S. João

Linha estratégica de desenvolvimento

LE2 Turismo, Conhecimento e Inovação

Programa

P2 Programa de Modernização e Reorientação do Turismo de Lagos

Objetivo específico

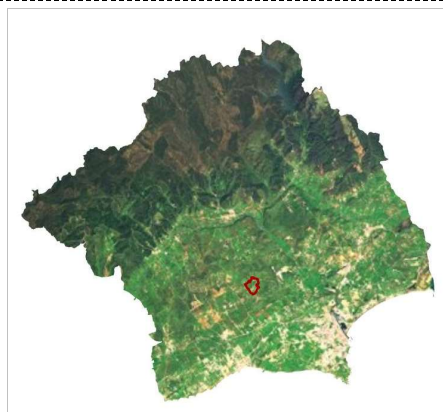
3 Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho

Objetivos específicos complementares

7 Apostar numa ruralidade qualificada

9 Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município



Caracterização do projeto

A UOPG da Pedreira de Monte Judeu – PED surge no sentido de enquadrar as ações a desenvolver no âmbito da recuperação e qualificação da área degradada da pedreira de calcário, desativada, localizada em Monte Judeu.

As ações aplicam-se ao espaço da antiga pedreira, bem como se estendem às áreas limítrofes “afetadas” pela exploração. Assim considerou-se oportuno o enquadramento do aglomerado rural em proximidade, designado por Monte Judeu.

O objetivo principal desta UOPG corresponde à reabilitação dos espaços afetados por esta atividade industrial, assente na revegetação das áreas afetadas, mas também (e principalmente) no desenvolvimento e maximização de outras valências do território em causa, nomeadamente o lúdico/turístico, que possam acarretar outros benefícios, diretos e indiretos, às populações locais ou a outras entidades eventualmente envolvidas.

O plano territorial municipal deverá tirar partido das potencialidades da área de intervenção, tendo como objetivos:

- Promover o aproveitamento turístico do património industrial e dos espaços naturais envolventes;
- Promover a melhoria das condições habitacionais e melhorar os padrões de infraestruturação urbana;
- Reforçar o nível funcional do aglomerado;
- Recuperar o património construído;
- Aumento da capacidade de alojamento na continuidade da unidade turística em espaço rústico existente;
- Minimizar e controlar a degradação ambiental;
- Hierarquizar a rede viária e qualificar os espaços de circulação.

As ações a desenvolver no âmbito das áreas lúdico/turísticas (excluem-se as áreas classificadas como aglomerados rurais) devem abranger um leque de questões como a integração harmoniosa das construções propostas (de forma nucleada), o tratamento dos espaços verdes, a circulação pedonal, a ligação das redes de infraestruturas internas às externas, a criação de equipamentos (especial atenção para equipamento lúdico no qual o cavalo exerce um papel central), entre outras.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos; Associações locais; Promotores turísticos.

Ano inicial 4

Ano final 6

Prioridade 2

Investimento 100.000,00 €

Observações

- O pagamento do estudo terá de ser assumido pelos privados envolvidos e interessados
- Todos os investimentos para concretização do Plano serão assumidos por regras perequativas que terão de cumprir o estabelecido no regulamento do PDM sobre o assunto e no programa de execução do Plano que vier a ser aprovado.

FICHA DE PROJETO

Número 4.1

Projeto Estudo de Política de Solos Municipal e dos Sistemas de Compensação Urbanística

Localização Concelho

Linha estratégica de desenvolvimento

LE3 Urbanismo e Mobilidade

Programa

P4 Programa de Requalificação Urbanística e Funcional do Município de Lagos

Objetivo específico

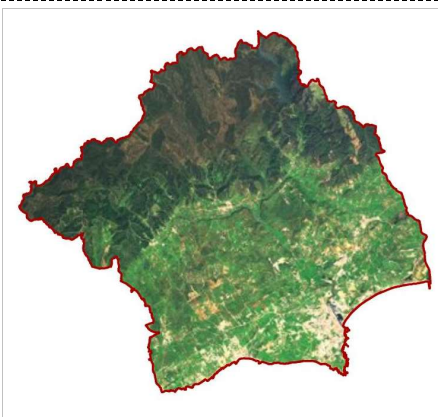
9 Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores

Objetivos específicos complementares

0 --

0 --

0 --



Caracterização do projeto

Este projeto visa a identificação das medidas de iniciativa municipal no domínio da política de solos e respetivas ações, nos seguintes domínios estratégicos:

- a) Formulação dum sistema tendo em vista a criação de uma bolsa de solos/imóveis, nos diversos aglomerados urbanos, nomeadamente em contexto histórico e aglomerados rurais, que permita viabilizar a sua coesão urbana e a manutenção dos perímetros urbanos existentes dos diferentes aglomerados;
- b) Estabelecimento de um programa concertado de aquisição de solos com potencial urbano, para a implantação e fixação no município dos equipamentos e serviços estruturantes programados e propostos em sede de PE/PMOTs;
- c) Avaliação/revisão dos sistemas de compensação urbanística (taxas municipais, IML, taxas de urbanização, licenças de ocupação de via pública, etc.) que incentive ações de reabilitação e reutilização do parque edificado existente e a ocupação de solos urbanos, e penalize a manutenção destes como espaços expectantes;
- d) Definição de uma estratégia de compensação urbanística que reparta equitativamente entre a iniciativa privada e os poderes públicos (municipais) os custos de gestão, exploração e manutenção das infraestruturas urbanas e estruturas públicas de suporte (espaços verdes e públicos, equipamentos de uso público, etc.).

A revisão dos sistemas de compensação urbanística permitirá equilibrar os custos atuais de gestão, exploração e conservação das redes de infraestruturas municipais, através da justa repartição dos mesmos entre a iniciativa privada e a autarquia.

A aplicação destes sistemas deverá ainda ser orientada para o desenvolvimento do Plano Local de Habitação, o incentivo a ações de reabilitação e reutilização do parque edificado e a ocupação de solos urbanos, penalizando a manutenção destes como espaços expectantes.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos.

Ano inicial 1 **Ano final** 3 **Prioridade** 1 **Investimento** 100.000,00 €

Observações

- O valor do investimento indicado respeita apenas ao estudo dos diversos mecanismos de política de solos a concretizar em Lagos, pelo que exclui a aquisição de solos ou ainda de imóveis que impliquem desembolso de verbas municipais.

FICHA DE PROJETO

Número 4.2

Projeto UOPG 02 - Luz

Localização Luz

Linha estratégica de desenvolvimento

LE3 Urbanismo e Mobilidade

Programa

P4 Programa de Requalificação Urbanística e Funcional do Município de Lagos

Objetivo específico

6 Estruturação dos aglomerados urbanos



Objetivos específicos complementares

3 Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho

8 Requalificar urbanística e ambientalmente o litoral lacobrigense

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município

Caracterização do projeto

Consideram-se para a UOPG os seguintes objetivos:

- Qualificação do tecido urbano e das suas funções e estruturação das áreas consolidadas, envolventes da área central, através da valorização (requalificando e potenciando novos) espaços públicos, considerados prioritários, articulando com a definição/localização de equipamentos considerados vitais para o desenvolvimento urbano, desenvolvendo-se a partir do conceito de mobilidade integrada, aplicada à vila na perspetiva da constituição de uma rede municipal;
 - Reforço da identidade da vila, promovendo-se nomeadamente o aumento da concentração na área central para intensificação de atividades e diversificação da vida urbana naquela área, considerando que é ajustado o seu raio de influência em toda a área urbana (associado ao desenvolvimento das ações sobre o espaço público definidas na alínea anterior), mas que exclui a possibilidade de expansão das funções comerciais, para fora da área central;
 - Diversificação do nível da oferta turística, aliada à valorização do património existente, como fator de renovação da motivação da visita turística. Como estímulo à fixação de estabelecimentos hoteleiros deve ser introduzido um fator de discriminação positiva, por recurso a parâmetros urbanísticos mais favoráveis protegendo o interesse local no investimento qualificado;
 - Melhoria do nível de serviço das infraestruturas públicas, nomeadamente através da hierarquização das diversas formas de mobilidade, com a criação de plataformas cicláveis e pedestres, em complemento das viárias e o alargamento da rede urbana de percursos; melhoria de troços da rede de abastecimento de água e da rede de saneamento; e localização de bacias de retenção para controlo do regime torrencial da Ribeira Luz.
 - Salvaguarda das condições ambientais e paisagísticas e identificação dos valores culturais.
- O perímetro urbano deve ser constituído com o objetivo principal da consolidação do existente, através da sua reconversão e requalificação.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos.

Ano inicial 1 Ano final 3 Prioridade 1 Investimento 120.000,00 €

Observações

FICHA DE PROJETO

Número 4.3

Projeto UOPG 03 - Odiáxere

Localização Odiáxere

Linha estratégica de desenvolvimento

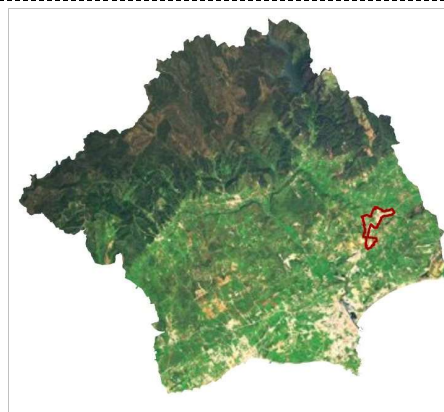
LE3 Urbanismo e Mobilidade

Programa

P4 Programa de Requalificação Urbanística e Funcional do Município de Lagos

Objetivo específico

6 Estruturação dos aglomerados urbanos



Objetivos específicos complementares

9 Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município

0 --

Caracterização do projeto

A unidade operativa de planeamento e gestão de Odiáxere enquadra os seguintes objetivos:

- a) Valorizar e qualificar a espaços centrais enquanto estrutura urbana representativa do centro tradicional;
- b) Articular a área de desenvolvimento de atividades económicas de uso geral, com a área da mesma génese a desenvolver no aglomerado do Chinicato, promovendo um novo polo dinamizador económico não só a nível concelhio como regional;
- c) Valorizar e enquadrar os espaços verdes numa filosofia de intervenção integrada;
- d) Redefinir, no sentido do enquadramento de desenho e arranjo de espaços exteriores, o troço urbano da ER 125.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos.

Ano inicial 1 Ano final 3 Prioridade 1 Investimento 120.000,00 €

Observações

FICHA DE PROJETO

Número 4.6

Projeto UOPG 06 - Burgau, parte oriental

Localização Burgau

Linha estratégica de desenvolvimento

LE3 Urbanismo e Mobilidade

Programa

P4 Programa de Requalificação Urbanística e Funcional do Município de Lagos

Objetivo específico

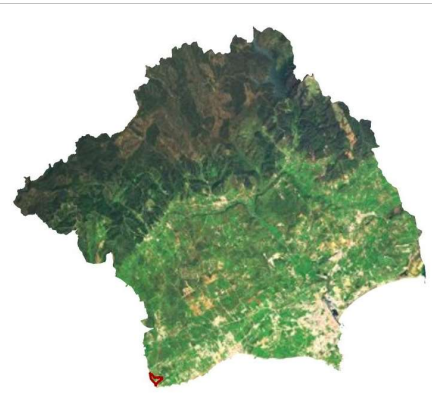
6 Estruturação dos aglomerados urbanos

Objetivos específicos complementares

3 Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho

8 Requalificar urbanística e ambientalmente o litoral lacobrigense

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município



Caracterização do projeto

A unidade operativa de planeamento e gestão do Burgau (parte oriental) enquadra questões de equidade territorial e a coesão do núcleo urbano em questão, para o qual se pretende constituir um espaço urbano coerente, definindo princípios e regras de ocupação do solo que possibilitem o reforço das potencialidades existentes e observando as condicionantes do uso do solo, tendo em conta os seguintes objetivos:

- Consolidar a estrutura urbana existente dotando-a de meios que permitam o seu desenvolvimento sustentado e coerente através da criação de estruturas de dinamização do aglomerado (moderando a sazonalidade);
- Delimitação de áreas para a implementação de atividades que criem novas centralidades;
- Consolidação da expansão habitacional e turística a poente/norte;
- Reestruturação viária através da criação de uma nova ligação viária que possa estruturar o crescimento urbano a norte/poente, entre a CM 537 e a Rua Vale do Burgau, com reformulação do nó viário entre ambas; e reperfilamento da via de ligação a Vila do Bispo (nascente/ poente) de modo a dotar esta via estruturante de um perfil adequado à sua função;
- Delimitação de áreas específicas de estacionamento;
- Melhorar as condições de fruição do espaço público apostando na, utilização de locais privilegiados para a implantação de áreas de recreio e lazer, implementação de percursos pedonais e cicláveis articulados com os espaços verdes público e implementação dum contínuo verde de proteção e enquadramento aos taludes naturais existentes e ao novo sistema de circulação viária.

O perímetro urbano do Burgau localiza-se numa posição limítrofe relativamente à delimitação administrativa do concelho e corresponde à parte oriental da Povoação do Burgau (sendo a restante pertencente ao concelho de Vila do Bispo) à proximidade da unidade territorial "Costa Vicentina" corresponde a uma unidade maioritariamente abrangida por medidas de conservação dos valores naturais, muito devido à presença do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, e com acessibilidades internas e externas relativamente reduzidas e baixo dinamismo económico, devem no entanto as ações a desenvolver no âmbito desta UOPG assumir como ponto estratégico a sua localização geográfica.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos.

Ano inicial 1

Ano final 3

Prioridade 1

Investimento 120.000,00 €

Observações

FICHA DE PROJETO

Número 4.7

Projeto UOPG 11 - Colégio

Localização Colégio - freguesia de Bensafrim

Linha estratégica de desenvolvimento

LE3 Urbanismo e Mobilidade

Programa

P4 Programa de Requalificação Urbanística e Funcional do Município de Lagos

Objetivo específico

6 Estruturação dos aglomerados urbanos



Objetivos específicos complementares

9 Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores

11 Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município

Caracterização do projeto

A delimitação desta UOPG surge no âmbito da definição dos aglomerados rurais, prosseguindo assim uma política de solos ativa, no sentido de reinventar o interior, viabilizando a revitalização de áreas rurais em perda. Na perspetiva da reabilitação e potenciação destas áreas rurais, deverá o Plano de Pormenor definir o ordenamento do espaço rústico no sentido da sua qualificação estabelecendo um modelo nucleado de usos e funções, tendo presente uma perspetiva de desenvolvimento sustentável, aproveitando as potencialidades endógenas em benefício do mesmo, criando assim condições de vida atrativas que permitam a fixação da população ativa.

O Plano de Pormenor deverá estabelecer as regras e definir genericamente:

- As várias obras de edificação e urbanização possíveis;
- Parametrização, definição, quantificação e localização, para a implantação de novas infraestruturas e equipamentos;
- Delimitação adequada da área de intervenção;
- Criação ou beneficiação de espaços de utilização coletiva, públicos ou privados, e respetivos acessos e áreas de estacionamento;
- Criação de condições para a prestação de serviços complementares das atividades autorizadas no solo rústico;
- Promoção de operações de proteção, valorização e requalificação da paisagem e dos valores naturais em presença;
- Ordenamento da área de intervenção através do estabelecimento de princípios orientadores que no seu conjunto tendem a dar coerência formal, funcional e estética à totalidade do espaço;
- Criação de uma forte relação espacial e funcional com as zonas adjacentes e a área envolvente, tendo em especial atenção as características paisagísticas em presença;
- Promoção do desenvolvimento de formas integradoras de ocupação e transformação dos espaços construídos que favoreçam a salvaguarda da estrutura ecológica e a renovação dos ecossistemas.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos; Associações locais; Associação Gestora do Proder.

Ano inicial 1 Ano final 3 Prioridade 2 Investimento 80.000,00 €

Observações

- O valor inscrito no investimento foi obtido utilizando cálculos orçamentais com base nas características técnicas do projeto. O pagamento do estudo será assumido numa primeira fase por uma parceria entre o Município e a ADL que gere o PRODER.
- Todos os investimentos para concretização do Plano serão contemplados num Plano de ações a submeter ao PRODER. A sua cobertura financeira caberá, consoante a tipologia de investimento, à autarquia em associação com o PRODER, aos privados em associação com o PRODER ou outros apoios financeiros e ainda a regras perequativas que terão de cumprir o estabelecido no regulamento do PDM sobre o assunto.

FICHA DE PROJETO

Número 4.8

Projeto UOPG 12 - Cotifo

Localização Cotifo - freguesia de Odiáxere

Linha estratégica de desenvolvimento

LE3 Urbanismo e Mobilidade

Programa

P4 Programa de Requalificação Urbanística e Funcional do Município de Lagos

Objetivo específico

6 Estruturação dos aglomerados urbanos

Objetivos específicos complementares

9 Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores

11 Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município



Caracterização do projeto

A delimitação desta UOPG surge no âmbito da definição dos aglomerados rurais, prosseguindo assim uma política de solos ativa, no sentido de reinventar o interior, viabilizando a revitalização de áreas rurais em perda.

Na perspetiva da reabilitação e potenciação destas áreas rurais, deverá o Plano de Pormenor definir o ordenamento do espaço rústico no sentido da sua qualificação estabelecendo um modelo nucleado de usos e funções, tendo presente uma perspetiva de desenvolvimento sustentável, aproveitando as potencialidades endógenas em benefício do mesmo, criando assim condições de vida atrativas que permitam a fixação da população ativa.

O Plano de Pormenor deverá estabelecer as regras e definir genericamente:

- As várias obras de edificação e urbanização possíveis;
- Parametrização, definição, quantificação e localização, para a implantação de novas infraestruturas e equipamentos;
- Delimitação adequada da área de intervenção;
- Criação ou beneficiação de espaços de utilização coletiva, públicos ou privados, e respetivos acessos e áreas de estacionamento;
- Criação de condições para a prestação de serviços complementares das atividades autorizadas no solo rústico;
- Promoção de operações de proteção, valorização e requalificação da paisagem e dos valores naturais em presença;
- Ordenamento da área de intervenção através do estabelecimento de princípios orientadores que no seu conjunto tendem a dar coerência formal, funcional e estética à totalidade do espaço;
- Criação de uma forte relação espacial e funcional com as zonas adjacentes e a área envolvente, tendo em especial atenção as características paisagísticas em presença;
- Promoção do desenvolvimento de formas integradoras de ocupação e transformação dos espaços construídos que favoreçam a salvaguarda da estrutura ecológica e a renovação dos ecossistemas.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos; Associações locais; Associação Gestora do Proder.

Ano inicial 1

Ano final 3

Prioridade 2

Investimento 80.000,00 €

Observações

- O valor inscrito no investimento foi obtido utilizando cálculos orçamentais com base nas características técnicas do projeto. O pagamento do estudo será assumido numa primeira fase por uma parceria entre o Município e a ADL que gere o PRODER.

- Todos os investimentos para concretização do Plano serão contemplados num Plano de ações a submeter ao PRODER. A sua cobertura financeira caberá, consoante a tipologia de investimento, à autarquia em associação com o PRODER, aos privados em associação com o PRODER ou outros apoios financeiros e ainda a regras perequativas que terão de cumprir o estabelecido no regulamento do PDM sobre o assunto.

FICHA DE PROJETO

Número 4.9

Projeto UOPG 13 - Pincho

Localização Pincho - freguesia de Bensafrim

Linha estratégica de desenvolvimento

LE3 Urbanismo e Mobilidade

Programa

P4 Programa de Requalificação Urbanística e Funcional do Município de Lagos

Objetivo específico

6 Estruturação dos aglomerados urbanos

Objetivos específicos complementares

9 Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores

11 Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município



Caracterização do projeto

A delimitação desta UOPG surge no âmbito da definição dos aglomerados rurais, prosseguindo assim uma política de solos ativa, no sentido de reinventar o interior, viabilizando a revitalização de áreas rurais em perda. Na perspetiva da reabilitação e potenciação destas áreas rurais, deverá o Plano de Pormenor definir o ordenamento do espaço rústico no sentido da sua qualificação estabelecendo um modelo nucleado de usos e funções, tendo presente uma perspetiva de desenvolvimento sustentável, aproveitando as potencialidades endógenas em benefício do mesmo, criando assim condições de vida atrativas que permitam a fixação da população ativa.

O Plano de Pormenor deverá estabelecer as regras e definir genericamente:

- As várias obras de edificação e urbanização possíveis;
- Parametrização, definição, quantificação e localização, para a implantação de novas infraestruturas e equipamentos;
- Delimitação adequada da área de intervenção;
- Criação ou beneficiação de espaços de utilização coletiva, públicos ou privados, e respetivos acessos e áreas de estacionamento;
- Criação de condições para a prestação de serviços complementares das atividades autorizadas no solo rústico;
- Promoção de operações de proteção, valorização e requalificação da paisagem e dos valores naturais em presença;
- Ordenamento da área de intervenção através do estabelecimento de princípios orientadores que no seu conjunto tendem a dar coerência formal, funcional e estética à totalidade do espaço;
- Criação de uma forte relação espacial e funcional com as zonas adjacentes e a área envolvente, tendo em especial atenção as características paisagísticas em presença;
- Promoção do desenvolvimento de formas integradoras de ocupação e transformação dos espaços construídos que favoreçam a salvaguarda da estrutura ecológica e a renovação dos ecossistemas.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos; Associações locais; Associação Gestora do Proder.

Ano inicial 1

Ano final 3

Prioridade 2

Investimento 80.000,00 €

Observações

- O valor inscrito no investimento foi obtido utilizando cálculos orçamentais com base nas características técnicas do projeto. O pagamento do estudo será assumido numa primeira fase por uma parceria entre o Município e a ADL que gere o PRODER.
- Todos os investimentos para concretização do Plano serão contemplados num Plano de ações a submeter ao PRODER. A sua cobertura financeira caberá, consoante a tipologia de investimento, à autarquia em associação com o PRODER, aos privados em associação com o PRODER ou outros apoios financeiros e ainda a regras perequativas que terão de cumprir o estabelecido no regulamento do PDM sobre o assunto.

FICHA DE PROJETO

Número 4.10

Projeto Plano Local de Habitação

Localização Centro Histórico de Lagos e núcleos primitivos das povoações

Linha estratégica de desenvolvimento

LE3 Urbanismo e Mobilidade

Programa

P4 Programa de Requalificação Urbanística e Funcional do Município de Lagos

Objetivo específico

9 Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores

Objetivos específicos complementares

5 Requalificar urbanística e ambientalmente a Cidade de Lagos

6 Estruturação dos aglomerados urbanos

11 Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses



Caracterização do projeto

O Plano Estratégico aponta para a implementação dos denominados "Planos Locais de Habitação" enquanto instrumentos a desenvolver no espaço territorial municipal, como superior forma de identificação de necessidades, de definição de propostas de ação local e de concertação estratégica indispensável à ação conjugada de respostas por parte dos atores públicos / municipais, cooperativos e privados.

Por seu turno o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 abre um novo ciclo de responsabilização e ação a todos aqueles que são enumerados como parceiros ao nível da política pública de habitação.

O futuro PLH deve ter uma visão de conjunto sobre as necessidades e recursos, erradicando uma visão imediatista e simplista, de alguma forma conduzida pelos financiamentos disponíveis e dotar as autarquias de uma visão estratégica sobre as políticas locais de habitação, articulando-as com as políticas de ordenamento do território.

Facilmente se identifica neste princípio toda uma linha de coerência com a atuação do Município, conforme experiência anterior no quadro da habitação, facto este que permitirá certamente capitalizar todo um manancial de conhecimentos adquiridos em ordem à elaboração de um efetivo instrumento programático.

O futuro Plano Local de Habitação deverá assim:

- atualizar as necessidades de habitação nas suas diversas características quantitativas e qualitativas;
- manter uma permanente atenção à dinâmica do mercado habitacional local e sua articulação com a disponibilização progressiva de solos urbanos;
- reforçar a adoção das bases de concertação e contratualização que permitam alavancar as participações de todos os agentes intervenientes;
- incrementar, efetivamente, as vertentes de reabilitação do edificado e o mercado de arrendamento;
- integrar políticas de regeneração urbana em especial no centro histórico da cidade e núcleos primitivos das povoações;
- criar mecanismos de monitorização que forneçam elementos que permitam interagir com a observação do ordenamento do território e o bem-estar social das respetivas populações.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos; IHRU; Particulares.

Ano inicial 1 **Ano final** 3 **Prioridade** 1 **Investimento** 50.000,00 €

Observações

- Os valores inscritos no investimento foram obtidos utilizando cálculos orçamentais com base nas características técnicas do projeto.

FICHA DE PROJETO

Número 5.1

Projeto Meia Praia Acessos ao Exterior - Via de Ligação a Odiáxere

Localização Meia Praia

Linha estratégica de desenvolvimento

LE3 Urbanismo e Mobilidade

Programa

P5 Programa de Acessibilidades e da Mobilidade

Objetivo específico

10 Incrementar a mobilidade e reforçar as acessibilidades no município de Lagos



Objetivos específicos complementares

6 Estruturação dos aglomerados urbanos

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município

0 --

Caracterização do projeto

Este projeto pretende melhorar as condições infraestruturais e de acessibilidades. Consiste na ligação rodoviária à circular de Odiáxere realizada maioritariamente sobre caminhos e vias existentes. Uma vez que este investimento também beneficia o território da Meia Praia, o investimento foi repartido pela perequação do Plano de Urbanização da Meia Praia e pela atual ficha de projeto.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos.

Ano inicial 1

Ano final 3

Prioridade 1

Investimento 750.000,00 €

Observações

- Os valores inscritos no investimento foram obtidos utilizando um orçamento prévio já realizado pela entidade promotora - CML.
- Não inclui o custo dos terrenos.
- Parte do valor é para suportar por terceiros, correspondente ao troço fora do plano.

FICHA DE PROJETO

Número 5.2

Projeto Alternativa Viária a Bensafrim Ligando a EM 535 à EN120

Localização Bensafrim

Linha estratégica de desenvolvimento

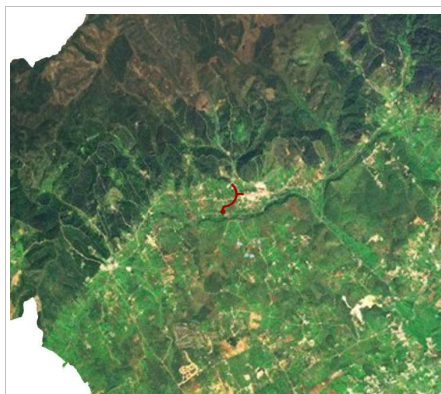
LE3 Urbanismo e Mobilidade

Programa

P5 Programa de Acessibilidades e da Mobilidade

Objetivo específico

10 Incrementar a mobilidade e reforçar as acessibilidades no município de Lagos



Objetivos específicos complementares

6 Estruturação dos aglomerados urbanos

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município

0 --

Caracterização do projeto

Este projeto pretende melhorar as condições infraestruturais e de acessibilidades. Consiste na criação da alternativa viária a Bensafrim ligando a EM 535 à EN 120.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos.

Ano inicial 8

Ano final 10

Prioridade 3

Investimento 3.500.000,00 €

Observações

- Os valores inscritos no investimento foram obtidos utilizando um orçamento prévio já realizado pela entidade promotora - CML.

FICHA DE PROJETO

Número 5.3

Projeto Meia Praia - Acessos ao Exterior - Via V2 e Via de Ligação à EN 125

Localização Meia Praia, Chinicato

Linha estratégica de desenvolvimento

LE3 Urbanismo e Mobilidade

Programa

P5 Programa de Acessibilidades e da Mobilidade

Objetivo específico

10 Incrementar a mobilidade e reforçar as acessibilidades no município de Lagos



Objetivos específicos complementares

6 Estruturação dos aglomerados urbanos

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município

0 --

Caracterização do projeto

Este projeto pretende melhorar as condições infraestruturais e de acessibilidades. Consiste na ligação rodoviária da Meia Praia à EN 125 através do Chinicato aproveitando a via existente (via V2).

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos.

Ano inicial 2 **Ano final** 3 **Prioridade** 1 **Investimento** 1.000.000,00 €

Observações

- Os valores inscritos no investimento foram obtidos utilizando um orçamento prévio já realizado pela entidade promotora - CML.
- Não inclui o custo dos terrenos.
- Parte deste investimento é para suportar por terceiros, correspondente ao troço fora do plano.

FICHA DE PROJETO

Número 5.4

Projeto Integração da Ecovia Litoral do Algarve

Localização Litoral do concelho

Linha estratégica de desenvolvimento

LE3 Urbanismo e Mobilidade

Programa

P5 Programa de Acessibilidades e da Mobilidade

Objetivo específico

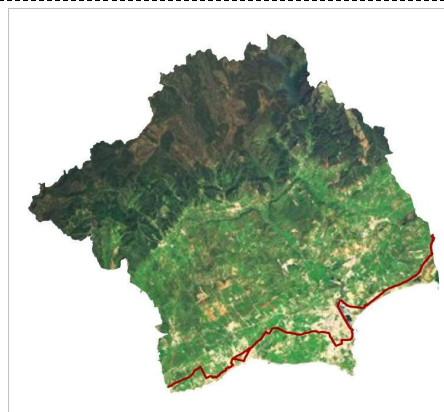
10 Incrementar a mobilidade e reforçar as acessibilidades no município de Lagos

Objetivos específicos complementares

3 Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho

11 Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município



Caracterização do projeto

A Ecovia do Litoral percorre todo o litoral do Algarve numa extensão de 214Km, desde o Cabo de S. Vicente (Vila do Bispo) – km zero – até Vila Real de S. António, atravessando 12 concelhos. O desenvolvimento do projeto resulta de uma parceria entre a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e do atual Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – Parque Natural da Ria Formosa.

A AMAL é a entidade gestora do projeto, que conta com uma Comissão Consultiva, composta por cerca de 40 entidades regionais e nacionais (REFER, EVA-Transportes, forças de segurança, Associações ligadas ao mundo da bicicleta, Governo Civil, Região de Turismo, "Bombeiros", etc.). O projeto está a ser desenvolvido em articulação com a Diputación Provincial de Huelva (Espanha), com o objetivo de garantir a articulação e continuidade no país vizinho.

A execução da empreitada (concursos de conceção / construção) está a cargo de cada um dos municípios e contempla essencialmente trabalhos de pavimentação, sinalização e de implementação de novas pontes e passadiços. O objetivo foi aproveitar e melhorar caminhos já existentes (que nos conduzem a paisagens magníficas ao longo do litoral algarvio) e dotá-los de sinalização específica. Existem vários tipos de sinalização, desde os simples marcos quilométricos até aos mais elaborados "painéis informativos". Este projeto será desenvolvido por fases dentro de cada município.

Entidade impulsionadora

AMAL.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos; Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – Parque Natural da Ria Formosa; Entidades regionais e nacionais (ex.: REFER, EVA-Transportes, Governo Civil).

Ano inicial 2 **Ano final** 10 **Prioridade** 2 **Investimento** 1.300.000,00 €

Observações

- Os valores inscritos no investimento foram obtidos utilizando um orçamento prévio já realizado pela entidade promotora - CML.

FICHA DE PROJETO

Número 6.1

Projeto Intervenções na Escola de Artes e Profissões

Localização Cidade de Lagos

Linha estratégica de desenvolvimento

LE4 Políticas de Desenvolvimento e Ordenamento

Programa

P6 Programa de Dinamização de Atividades e Equipamentos

Objetivo específico

11 Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses



Objetivos específicos complementares

3 Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho

4 Fomentar o desenvolvimento tecnológico em setores inovadores

5 Requalificar urbanística e ambientalmente a Cidade de Lagos

Caracterização do projeto

O projeto, trata-se de um espaço polivalente, preparado para albergar diversas coletividades, assim como salas de formação e centros de estudo. O intuito é criar um espaço polivalente, flexível e utilizável por diversas entidades, sem um vínculo rígido para que seja um equipamento muito rotativo. O programa de intervenção na Escola de Artes e Profissões, antiga escola Gil Eanes, tem vindo a ser ajustado ao longo do tempo com adaptações contínuas a desenvolver em seis fases.

Atualmente, para além dos serviços de apoio, estão previstas instalações para as seguintes entidades/serviços:

Orquestra de Jazz de Lagos, Teatro Experimental de Lagos (gabinete e oficina), Espaço Jovem (laboratório de fotografia, sala de formação, estúdio de música, núcleo de aerografia, atelier, sala de formação – artes, ginásio, gabinetes e receção/espço convívio), Grupo Coral de Lagos, Sala de Formação do IEFP, Espaço Internet, Centro de Estudos de Lagos, Direção Regional de Agricultura, Associação de Dança de Lagos, Câmara Municipal de Lagos (armazéns e salas de formação), Programa PIEF (salas de aula), Federação Concelhia das Associações de Pais de Lagos.

A ocupação rondará as 25 salas, acrescido do ginásio e serviços de apoio.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

IEFP, Coletividades, Direção Regional da Agricultura, Orquestra de Jazz de Lagos, Teatro Experimental, etc.

Ano inicial 1

Ano final 2

Prioridade 1

Investimento 1.300.000,00 €

Observações

- Os valores inscritos no investimento foram obtidos utilizando um orçamento prévio já realizado pela entidade promotora - CML.

FICHA DE PROJETO

Número 6.3

Projeto Plano Estratégico de Desenvolvimento das Atividades Coletivas e de Equipamentos

Localização Concelho

Linha estratégica de desenvolvimento

LE4 Políticas de Desenvolvimento e Ordenamento

Programa

P6 Programa de Dinamização de Atividades e Equipamentos

Objetivo específico

11 Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses



Objetivos específicos complementares

5 Requalificar urbanística e ambientalmente a Cidade de Lagos

6 Estruturação dos aglomerados urbanos

9 Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores

Caracterização do projeto

A realização deste plano estratégico de desenvolvimento das atividades coletivas e de equipamentos tem por objetivo verificar as necessidades do concelho face a cada tipologia de equipamento, bem como das atividades coletivas em desenvolvimento ou em falta.

Para tal, deverá prosseguir as seguintes ações:

- Estudar a população base para a qual os equipamentos serão programados;
- Avaliar a sua procura, existente e futura;
- Avaliar a quantidade de equipamentos de cada tipo e propor que se passem a áreas de reserva os que estejam propostos em demasia (caso se verifique);
- Garantir que os equipamentos integrem áreas para reserva de equipamentos dentro dos perímetros urbanos ou enquadrados em NDE e NDT, em conformidade com o PROT-ALG;
- Estudar as diversas atividades coletivas existentes e fazer levantamento de carências;
- Estudar e esclareça outras questões a definir no âmbito deste Plano.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos; Institutos ou Direções Gerais e outras entidades setoriais, Associações Locais; Agentes Locais Sectoriais.

Ano inicial 1 **Ano final** 2 **Prioridade** 1 **Investimento** 60.000,00 €

Observações

- O valor inscrito no investimento foi obtido utilizando cálculos orçamentais com base nas características técnicas do projeto.

FICHA DE PROJETO

Número 7.2

Projeto UOPG 14 - Falfeira e Funchal - AED

Localização Falfeira e Funchal

Linha estratégica de desenvolvimento

LE4 Políticas de Desenvolvimento e Ordenamento

Programa

P7 Programa de Preservação do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Objetivo específico

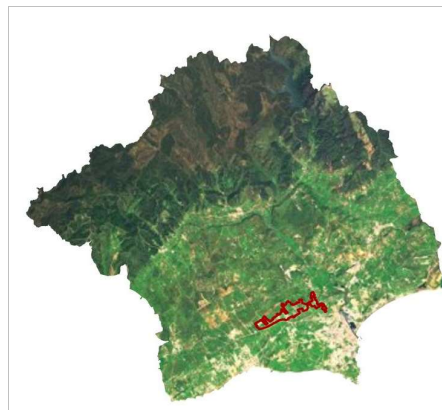
12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município

Objetivos específicos complementares

7 Apostar numa ruralidade qualificada

9 Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores

0 --



Caracterização do projeto

Pretende-se nestas UOPG realizar uma monitorização da ocupação dispersa que incida nos seguintes aspetos, traduzidos por indicadores:

- a) Grau de concretização dos loteamentos, no que diz respeito a fogos construídos, lotes urbanizados e percentagem de conclusão de obras de urbanização por tipo de infraestrutura – abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais, abastecimento de eletricidade e de gás, rede viária e iluminação pública;
- b) Usos dos edifícios, nomeadamente residencial, 2.ª habitação, tipologia turística, comércio, serviços ou equipamentos;
- c) Taxa de utilização dos fogos, em número de fogos ocupados em relação ao total dos fogos residenciais e de 2.ª habitação, em número de camas ocupadas em relação ao total das camas das tipologias turísticas e em número de equipamentos e estabelecimentos comerciais ou de serviços abertos e em operação em relação ao total de equipamentos e estabelecimentos na área;
- d) Estado de conservação das infraestruturas viárias, incluindo apreciação qualitativa e quantitativa de patologias do pavimento;
- e) Adequação e estado de conservação da sinalização viária e iluminação pública;
- f) Adequação da oferta de estacionamento à procura;
- g) Qualidade da água, nos indicadores legalmente estabelecidos para o seu controlo;
- h) Persistência de vazios sem uso agrícola, florestal ou “urbano” na área de intervenção, em área de vazios em relação à área total.

A CML deve assegurar a monitorização permanente destas áreas, através da recolha de dados em que a periodicidade esteja associada a épocas turísticas distintas. Os resultados da monitorização deverão ser avaliados pela CML e incluídos nos REOT, para que se possam realizar recomendações em função da evolução destes espaços, que poderão passar pelo desenvolvimento de instrumentos de gestão territorial adequados às necessidades diagnosticadas.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos; Particulares.

Ano inicial 1 **Ano final** 10 **Prioridade** 1 **Investimento** 80.000,00 €

Observações

- O valor inscrito no investimento foi obtido utilizando cálculos orçamentais com base nas características técnicas do projeto. A estimativa é de oito mil euros/ano, que inclui o levantamento e tratamento de dados mais a monitorização 2 vezes por época baixa e 2 vezes por época alta.

FICHA DE PROJETO

Número 7.3

Projeto UOPG 15 - Sargaçal, Envolvente Norte - AED

Localização Sargaçal

Linha estratégica de desenvolvimento

LE4 Políticas de Desenvolvimento e Ordenamento

Programa

P7 Programa de Preservação do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Objetivo específico

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município

Objetivos específicos complementares

7 Apostar numa ruralidade qualificada

9 Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores

0 --

Caracterização do projeto

Pretende-se nestas UOPG realizar uma monitorização da ocupação dispersa que incida nos seguintes aspetos, traduzidos por indicadores:

- a) Grau de concretização dos loteamentos, no que diz respeito a fogos construídos, lotes urbanizados e percentagem de conclusão de obras de urbanização por tipo de infraestrutura – abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais, abastecimento de eletricidade e de gás, rede viária e iluminação pública;
- b) Usos dos edifícios, nomeadamente residencial, 2.ª habitação, tipologia turística, comércio, serviços ou equipamentos;
- c) Taxa de utilização dos fogos, em número de fogos ocupados em relação ao total dos fogos residenciais e de 2.ª habitação, em número de camas ocupadas em relação ao total das camas das tipologias turísticas e em número de equipamentos e estabelecimentos comerciais ou de serviços abertos e em operação em relação ao total de equipamentos e estabelecimentos na área;
- d) Estado de conservação das infraestruturas viárias, incluindo apreciação qualitativa e quantitativa de patologias do pavimento;
- e) Adequação e estado de conservação da sinalização viária e iluminação pública;
- f) Adequação da oferta de estacionamento à procura;
- g) Qualidade da água, nos indicadores legalmente estabelecidos para o seu controlo;
- h) Persistência de vazios sem uso agrícola, florestal ou “urbano” na área de intervenção, em área de vazios em relação à área total.

A CML deve assegurar a monitorização permanente destas áreas, através da recolha de dados em que a periodicidade esteja associada a épocas turísticas distintas. Os resultados da monitorização deverão ser avaliados pela CML e incluídos nos REOT, para que se possam realizar recomendações em função da evolução destes espaços, que poderão passar pelo desenvolvimento de instrumentos de gestão territorial adequados às necessidades diagnosticadas.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever a quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos.

Ano inicial 1 **Ano final** 10 **Prioridade** 1 **Investimento** 80.000,00 €

Observações

- O valor inscrito no investimento foi obtido utilizando cálculos orçamentais com base nas características técnicas do projeto. A estimativa é de oito mil euros/ano, que inclui o levantamento e tratamento de dados mais a monitorização 2 vezes por época baixa e 2 vezes por época alta.

FICHA DE PROJETO

Número 7.4

Projeto UOPG 16 - Pedra Alçada - AED

Localização Pedra Alçada

Linha estratégica de desenvolvimento

LE4 Políticas de Desenvolvimento e Ordenamento

Programa

P7 Programa de Preservação do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Objetivo específico

12 Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um desenvolvimento sustentável de todo o município



Objetivos específicos complementares

7 Apostar numa ruralidade qualificada

9 Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores

0 --

Caracterização do projeto

Pretende-se nesta UOPG realizar uma monitorização da ocupação dispersa que incida nos seguintes aspetos, traduzidos por indicadores:

- a) Grau de concretização dos loteamentos, no que diz respeito a fogos construídos, lotes urbanizados e percentagem de conclusão de obras de urbanização por tipo de infraestrutura – abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais, abastecimento de eletricidade e de gás, rede viária e iluminação pública;
- b) Usos dos edifícios, nomeadamente residencial, 2.ª habitação, tipologia turística, comércio, serviços ou equipamentos;
- c) Taxa de utilização dos fogos, em número de fogos ocupados em relação ao total dos fogos residenciais e de 2.ª habitação, em número de camas ocupadas em relação ao total das camas das tipologias turísticas e em número de equipamentos e estabelecimentos comerciais ou de serviços abertos e em operação em relação ao total de equipamentos e estabelecimentos na área;
- d) Estado de conservação das infraestruturas viárias, incluindo apreciação qualitativa e quantitativa de patologias do pavimento;
- e) Adequação e estado de conservação da sinalização viária e iluminação pública;
- f) Adequação da oferta de estacionamento à procura;
- g) Qualidade da água, nos indicadores legalmente estabelecidos para o seu controlo;
- h) Persistência de vazios sem uso agrícola, florestal ou “urbano” na área de intervenção, em área de vazios em relação à área total.

A CML deve assegurar a monitorização permanente destas áreas, através da recolha de dados em que a periodicidade esteja associada a épocas turísticas distintas. Os resultados da monitorização deverão ser avaliados pela CML e incluídos nos REOT, para que se possam realizar recomendações em função da evolução destes espaços, que poderão passar pelo desenvolvimento de instrumentos de gestão territorial adequados às necessidades diagnosticadas.

Entidade impulsionadora

Câmara Municipal de Lagos.

Entidades envolvidas (a rever quando da concretização)

Câmara Municipal de Lagos; Privados.

Ano inicial 1 Ano final 10 Prioridade 1 Investimento 80.000,00 €

Observações

- O valor inscrito no investimento foi obtido utilizando cálculos orçamentais com base nas características técnicas do projeto. A estimativa é de oito mil euros/ano, que inclui o levantamento e tratamento de dados mais a monitorização 2 vezes por época baixa e 2 vezes por época alta.